

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

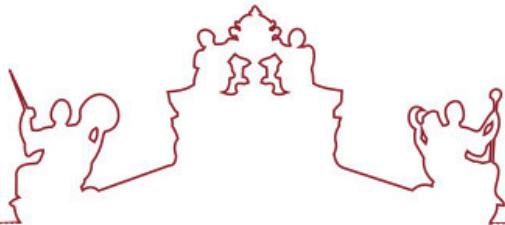
Dissertação

As políticas de desinformação como ameaça à democracia na Europa: O papel do Parlamento Europeu no combate às políticas de desinformação

David Salsinha Estevão

Orientador(es) | Evanthia Balla
Sílvia Roque

Évora 2025



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

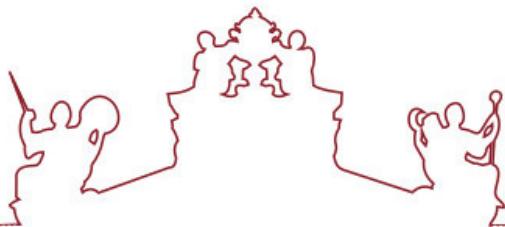
Dissertação

As políticas de desinformação como ameaça à democracia na Europa: O papel do Parlamento Europeu no combate às políticas de desinformação

David Salsinha Estevão

Orientador(es) | Emanthia Balla
Sílvia Roque

Évora 2025



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Silvério Carlos Rocha-Cunha (Universidade de Évora)

Vogais | Evanthia Balla (Universidade de Évora)
Irene Viparelli (Universidade de Évora) (Arguente)

Évora 2025



Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer às pessoas que conheci durante o meu percurso académico que me fizeram crescer enquanto pessoa, estudante e cidadão, a nível pessoal e a nível académico. A todos eles devo a minha experiência durante o tempo que frequentei a cidade e a Universidade de Évora, ambas ficarão para sempre guardadas com um lugar muito especial no meu coração.

Devo agradecer mais especificamente a todos os que estiveram sempre presentes e que sem eles não seria possível completar esta etapa com sucesso: Sónia, Pedro, Mário, Gabriela, Joaquim, Adelaide, Rui, Olinda, Luís, Cristina, Raquel, Carolina, Gonçalo, Rui, Margarida, António, Gonçalo, Patrícia, Mariana, Miguel, Samuel, Pedro, Cíntia, Beatriz, Marco, Danny, Mariana, Nuno, João, Susana, Yuliya, David, Leonor.

À minha família, em especial aos meus pais e aos meus avós, que graças ao seu esforço, apoio e incentivo, garantiram sempre as condições necessárias para que desenvolvesse o meu trabalho académico, mas também para que me tornasse uma pessoa melhor, mais completa e responsável, que espero sempre orgulhar, a eles sou eternamente grato. Aos meus amigos e colegas de turma/curso, principalmente aqueles com quem desenvolvi fortes laços durante este período, mas também aos que mesmo longe, nunca deixaram de apoiar. Sem eles, a minha etapa não teria tantas memórias dignas de serem relembradas.

A todos os professores da licenciatura e mestrado de Relações Internacionais, que com a sua dedicação, profissionalismo e sabedoria, me transmitiram informações imprescindíveis de todas as matérias lecionadas que me permitiram evoluir a nível intelectual, crítico e académico. Todos tornaram a experiência de estudar na Universidade de Évora mais enriquecedora. Em especial agradeço às excelentíssimas professoras Doutora Evanthis Balla e professora Doutora Sílvia Roque, que me deram todo o apoio, ferramentas, instruções e acompanhamento necessários à realização desta Dissertação.

A todos os que contribuíram de qualquer forma para o meu percurso académico em Évora e para que chegasse até aqui, relembrarei sempre todos os momentos que foram vividos com eles durante esta etapa.



Índice

Resumo	4
Abstract.....	5
Lista de Abreviaturas	6
Introdução	10
1. Debate conceptual: políticas de desinformação/pós-verdade, populismo/euroceticismo.....	19
1.1 Políticas de desinformação e pós-verdade.....	20
1.2 Populismo e euroceticismo no campo da extrema-direita	24
2. O debate sobre “défice democrático” na UE e as políticas de desinformação.....	30
2.1 O debate sobre a problemática do “défice democrático” na União Europeia	31
2.2 A relação entre as políticas de desinformação e a problemática do “défice democrático” na União Europeia.....	40
3. O impacto das políticas de desinformação nos processos democráticos: O caso do Parlamento Europeu	48
3.1 Desafios do Parlamento Europeu: distanciamento dos cidadãos e ascensão do populismo radical	49
3.2 Populismos e extremismos como forças de desinformação presentes no Parlamento Europeu.....	55
4. O papel do Parlamento Europeu no combate às políticas de desinformação	61
4.1 Como é que o Parlamento Europeu combate as políticas de desinformação: as eleições europeias de 2014 e 2019	62
4.2 Análise das potencialidades e fragilidades do Parlamento Europeu como órgão democrático	74
Conclusão	80
Referências Bibliográficas.....	84



As políticas de desinformação como ameaça à democracia na Europa: O papel do Parlamento Europeu no combate às políticas de desinformação

Resumo

Esta dissertação tem como objetivos analisar as políticas de desinformação, como ameaças à democracia na União Europeia e à própria sobrevivência do projeto europeu, num contexto de aumento dos populismos e da extrema-direita, e examinar o papel do Parlamento Europeu no combate às mesmas políticas. Teoricamente, a dissertação insere-se nos debates sobre a integração europeia, o sistema político europeu e o “défice democrático” no contexto de aumento dos populismos e das políticas de desinformação. Para melhor compreender as dinâmicas em causa, será realizado um estudo de caso sobre o papel do Parlamento Europeu que se dedicará à análise dos discursos das extrema-direitas nas campanhas eleitorais de 2014 e de 2019, e na elaboração de políticas de combate à desinformação, no âmbito desta instituição. O estudo conclui-se com uma exploração dos pontos fortes e fracos do Parlamento Europeu como órgão democrático.

Palavras-chave: desinformação; democracia; Parlamento Europeu; eleições; extrema-direita



Disinformation policies as a threat to democracy in Europe: The role of the European Parliament in combating disinformation policies

Abstract

This dissertation aims to analyse disinformation policies as threats to democracy within the European Union, as well as to the survival of the European project itself. This is in the context of rising populism and far-right movements, and the dissertation will also examine the role of the European Parliament in combating such policies. Theoretically, the dissertation contributes to debates on European integration and the European political system, as well as the ‘democratic deficit’, in the context of the rise of populism and disinformation policies. To understand better these dynamics, it will be conducted a case study of the European Parliament’s role, focusing on analysing the far-right discourse in the 2014 and 2019 election campaigns, as well as the development of disinformation countermeasures within this institution. The study will conclude with an exploration of the Parliament’s strengths and weaknesses as a democratic body.

Keywords: disinformation; democracy; European Parliament; elections; far-right



Lista de Abreviaturas

ADR - Alternativ Demokratesch Reformpartei – “Partido de Reforma e Alternativa Democrática

AfD – Alternative für Deutschland – “Alternativa para a Alemanha”

ALDE – Alliance of Liberals and Democrats for Europe - “Aliança dos Liberais e Democratas pela Europa”

ANO 2011- Akce Nespokojených Občanů – “Aliança dos Cidadãos Descontentes”

AUR - Alianța pentru Unirea Românilor – “Aliança para a União dos Romenos”

AUTO - Motoristé sebe – “Os próprios motoristas”

DF – Dansk Folkeparti – “Partido Popular da Dinamarca”

DOMiNO - Dom i nacionalno okupljanje – “Casa e encontro nacional”

DVD – Divers droite – “Direita Diversa”

ECR – European Conservatives and Reformists Party - “Partido dos Reformistas e Conservadores Europeus”



EFDD – Europe of Freedom and Direct Democracy - “Europa da Liberdade e da Democracia Direta”

ELAM - Εθνικό Λαϊκό Μέτωπο – “Frente Nacional Popular”

ENF – Europe of Nations and Freedom - “Europa das Nações e Liberdade”

EPP - European People's Party – “Partido Popular Europeu”

EUA – Estados Unidos da América

FdI – Fratelli d’Italia – “Irmãos de Itália”

FL - Foní Loyikís – “Voz da Razão”

FPÖ - Freiheitliche Partei Österreichs – “Partido da Liberdade da Áustria”

GUE/NGL – Gauche Unitaire Européenne/Nordic Green Left - “Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde”

Greens/EFA - The Greens/European Free Alliance – “Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia”

ID – Identity and Democracy - “Identidade e Democracia”



KDNP - Keresztyén demokrata Néppárt – “Partido Popular Democrata Cristão”

KORWiN - Konfederacja Wolności i Niepodległości – “Confederação da Liberdade e Independência”

LN – Lega Nord – “Liga Norte”

LPV - Latvija first – “A Letónia está em primeiro lugar”

NI - Non-attached Members – “Membros não-inscritos”

N-VA – Nieuw-Vlaamse Alliantie – “Nova Aliança Flamenga”

ODS - Občanská demokratická strana – “Partido Democrático Cívico”

PE – Parlamento Europeu

PiS - Prawo i Sprawiedliwość – “Lei e Justiça”

PNCR - Partidul Național Conservator Român – “Partido Nacional Conservador Romeno”

PS – Perussuomalaiset – “Partido dos Finlandeses”



PVV – Partij voor de Vrijheid – “Partido pela Liberdade”

REC – Reconquête! – “Reconquista!”

RN – Rassemblement National – “Reagrupamento Nacional”

S&D – Progressive Alliance of Socialists and Democrats - “Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas”

SD – Sverigedemokraterna – “Democratas Suecos”

SPD - Svoboda a prímá demokracie – “Liberdade e Democracia Direta”

UE – União Europeia

UKIP – United Kingdom Independence Party – “Partido da Independência do Reino Unido”

VB – Vlaams Belang – “Interesse Flamengo”

VL – TB/LNKK – “Nacionālā apvienība "Visu Latvijai!"—"Tēvzemei un Brīvībai/LNNK"” – “Associação Nacional "Visu Latvijai!" – "Pela Pátria e pela Liberdade/LNKK"”



Introdução

Contextualização do tema:

Atualmente, vivemos perante uma avalanche política de extrema-direita e de direita radical populista de uma dimensão preocupante e, até ao momento, imparável. Mas estes fenómenos não são recentes e também não são desconhecidos da população, tendo voltado a ganhar relevância desde o início do Século XXI, depois de terem estado adormecidos durante algum tempo no Século XX.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, com a capitulação do regime Nazi alemão e do Fascismo em Itália, a sensação na Europa era de que a extrema-direita tinha sido finalmente derrotada. No entanto, a ditadura do Estado Novo de Salazar em Portugal, que caiu em 1974 e a ditadura Franquista de Franco em Espanha, que terminou com a morte do ditador em 1975, permaneceram como exemplos de governos autoritários de direita na Europa ocidental até décadas depois do fim da guerra. Também na Europa Central e de Leste se vivia esse mesmo desafio de derrubar regimes repressivos, com a intenção de expandir a democracia por toda a Europa, mas a instabilidade política desses países dificultava o estabelecimento de um regime democrático a longo prazo.

Apesar desse combate feroz aos regimes opressivos, havia ainda quem defendesse o fascismo, os designados neofascistas, apesar de ser cada vez mais uma ideologia enfraquecida. Ao longo da segunda metade do Século XX, foram aparecendo fenómenos como o populismo de direita, a extrema-direita e a direita radical e as memórias do que havia acontecido décadas antes, ressurgiram.

Entrando no Século XXI, as crises no Ocidente sucederam-se e com isso só houve um beneficiado: a extrema-direita. Começando pelos ataques terroristas do 11 de setembro de 2001, que abalaram tremendamente a sociedade ocidental no geral e os EUA em particular, passando pela crise financeira de 2008, que desencadeou uma onda de descontentamento entre a população devido às medidas de austeridade aplicadas e o aumento do desemprego, e a crise migratória que se iniciou em 2014, originada pela instabilidade política e o despoletar de várias guerras no norte de África e no Médio



Oriente. Tudo isto foi aproveitado por todos os populistas de extrema-direita que se uniram para criticar severamente a forma como a União Europeia e as respetivas instituições europeias lidaram com estas situações, que espelharam a instabilidade e incapacidade das instituições democráticas em responder aos desafios que surgem.

Alguns partidos da extrema-direita e da direita radical populista, apesar de já integrarem o sistema político de alguns países, começaram a ganhar preponderância a nível nacional e europeu. Outros foram sendo criados e seguiram-lhes os passos, ocupando assim um espaço nas democracias e nos parlamentos de toda a Europa, que muitos já julgavam ser impensável de voltar a ser ocupado. Surgem figuras populistas incontornáveis no panorama político europeu, como Marine Le Pen em França, já antecedida pelo seu pai Jean-Marie Le Pen, Matteo Salvini em Itália ou Viktor Órban na Hungria. Todos estes e tantos outros que os antecederam, líderes dos partidos de extrema-direita dos respetivos países, foram ganhando palco para expressar as suas ideias ao criticar as várias crises que surgiram na última década no continente europeu.

Para analisar o fenómeno do crescimento dos partidos de extrema-direita, é preciso compreender exatamente que designação lhes deve ser atribuída, visto que alguns não se encaixam na designação de direita radical e alguns outros não podem ser considerados de direita populista. Por isso propõe-se que consideremos que de modo a abranger todos os partidos que se integram na designação de *far-right*, poderão ser designados de direita radical populista ou de extrema-direita.

Com o crescente descontentamento dos europeus, surge o conceito de euroceticismo, que reflete a desconfiança no projeto europeu e nas instituições que o sustentam. Os populistas têm vindo a construir a sua retórica e o seu discurso exacerbando o que a população exterioriza em relação às suas insatisfações. O maior exemplo deste facto é a inclusão de argumentos anti-imigração nos discursos dos partidos de extrema-direita, de modo a provocar divisão entre os europeus e os refugiados que estavam a chegar à Europa. Tais discursos marcaram largamente a campanha do Brexit em 2016, com os partidos que eram favoráveis à saída do Reino Unido da União Europeia a apostar em força nesses argumentos, sabendo que poderiam provocar o início da crise de desintegração do projeto europeu.



Este conceito e fenómeno da pós-verdade insere-se no surgimento da era da desinformação, que teve a sua grande explosão aquando das suspeitas de interferência russa nas eleições presidenciais norte-americanas em 2016 que culminaram na eleição de Donald Trump e também no referendo do Brexit, que terminou com a saída do Reino Unido da União Europeia, a primeira vez que um país abandonou a comunidade europeia desde a sua criação. Para além destas duas situações que abalaram a estabilidade política na Europa, também no Brasil, em 2018, as eleições presidenciais levaram igualmente à eleição de um presidente da direita populista, Jair Bolsonaro, o que confirma a tendência de crescimento deste fenómeno por todo o mundo. Já em 2019 viria a ser eleito para primeiro-ministro britânico o conservador Boris Johnson, que foi o responsável pela conclusão do processo negocial do Brexit com a União Europeia. Por toda a Europa foram crescendo vários partidos de extrema-direita nas eleições nacionais que se iam sucedendo, como o AfD na Alemanha e o Lega Nord em Itália, mas também nas Eleições Europeias, tanto de 2014 como de 2019 com o crescimento generalizado dos partidos de extrema-direita e de direita radical populista europeus.

No entanto, o populismo e a era da desinformação não demonstram ser fenómenos temporários, visto que demonstram ter uma propensão para se agravar ainda mais, dada a facilidade que existe em disseminar *fake news* nas redes sociais e nos meios de comunicação social. Os partidos de extrema-direita aproveitam o acesso muito facilitado à informação online para difundir os seus discursos, os seus argumentos e até informações falsas, como foi por exemplo com a pandemia da Covid-19, em que vários populistas espalharam teorias especulativas e irrealistas de modo a fazer a população duvidar das medidas impostas para combater a pandemia. Com a desconfiança a agravar-se entre a população, a União Europeia lançou medidas de combate à desinformação especialmente focadas na Covid-19, lançando informações cientificamente comprovadas acerca da pandemia nos meios de comunicação social, tal como online.

De resto, o combate à desinformação tem vindo a ser uma preocupação constante dos órgãos europeus, que não têm tido descanso nesta luta, dado que todos os assuntos que surgem diariamente, seja qual for o tema, são alvo de manipulação e de enviesamento, seja nas redes sociais ou nos meios de comunicação social convencionais. Numa década que está a ser marcada por guerras, sendo as mais proeminentes entre a Ucrânia e a Rússia



e também a de Israel com o Hamas, a informação que circula deve ser avaliada com cuidado de modo a que a população esteja sempre informada corretamente.

Objetivos da Dissertação:

As políticas de desinformação surgem como a base da investigação realizada para a elaboração desta dissertação, pela relevância que têm tido no nosso quotidiano desde que as redes sociais se tornaram num dos meios mais rápidos de difusão de informação. A pesquisa realizada teve como um dos objetivos focar-se nos efeitos provocados pela propagação da desinformação na democracia europeia, quando esta é utilizada de forma nefasta para obter vantagem no campo político e social, dando origem a fenómenos como o populismo e o extremismo, que também foram alvo de análise nesta dissertação.

Um dos objetivos da dissertação foi a análise de alguns dos maiores acontecimentos da última década, como o Brexit ou a pandemia da COVID-19, como os maiores exemplos de disseminação de desinformação que ocorreram na Europa e a forma como foram expostas algumas debilidades das instituições europeias, cujas levaram ao problema do “défice democrático” no sistema político europeu. Algumas das bases do projeto europeu foram colocadas em causa, visto que a continuação dos sucessivos alargamentos, a designada integração europeia, foi dificultada pelas sucessivas crises a que o continente europeu foi sendo exposto.

Alvo de investigação no estudo de caso e, consequentemente, um dos objetivos desta dissertação, é a exploração do Parlamento Europeu, como um dos órgãos democráticos europeus afetado pela desinformação, mas também do trabalho que tem vindo a desenvolver continuamente para combater este fenómeno, que deve ser avaliado criticamente, tendo em conta os processos eleitorais mais recentes. Estes processos terão demonstrado as potencialidades e as fragilidades demonstradas por este órgão, já que a extrema-direita, a principal beneficiária das crises europeias e da desinformação, já conta com uma vasta representação no Parlamento Europeu.

Ainda outro objetivo da dissertação é a análise do impacto da desinformação, dos populismos e dos extremismos, como problemas atuais que estão a tentar enfraquecer a



democracia e o sistema político europeu, que fazem parte das bases essenciais para que o projeto europeu se mantenha firme e cumpra os desígnios que foram propostos aquando dos primórdios da comunidade europeia. As instituições europeias, e neste caso em particular o Parlamento Europeu, têm o dever de proteger a democracia europeia de todas as crises ou fenómenos que a afetem. Para tal é necessário estarem preparados para conseguirem responder a todos os desafios, assegurando o bom funcionamento e o fortalecimento dos processos democráticos.

Apresentação da problemática:

As políticas de desinformação são um método a que cada vez mais políticos e organizações políticas recorrem, infiltrando-se no quotidiano dos cidadãos através dos meios de comunicação e órgãos de informação, sejam eles convencionais ou digitais. Este é um fenómeno que precisa de ser estudado e combatido com alguma celeridade e total eficácia, tanto pelos indivíduos como pelas instituições políticas. É assim necessário discutir e analisar os conceitos mais importantes relacionados com este fenómeno, tal como eles surgiram até chegarem às nossas casas numa base diária.

Os acontecimentos de um passado recente que marcaram as nossas vidas direta ou indiretamente enquanto cidadãos europeus, como por exemplo o Brexit ou a pandemia da COVID-19, também deixaram marcas profundas e mostraram algumas falhas das instituições democráticas, que se deixaram penetrar pelo fenómeno da desinformação, havendo a necessidade de criar métodos de combate contra a mesma, de modo a conseguir resolver a problemática do “défice democrático” na União Europeia.

O uso das políticas de desinformação por parte dos políticos populistas e a sua consequente disseminação nos media e nas redes sociais, exacerbam os populismos e os extremismos na União Europeia, em particular a extrema-direita, constituindo assim ameaças à democracia e ao próprio projeto europeu. Existe uma interligação peculiar entre os conceitos de desinformação e populismo que quando aplicados no seu expoente, se tornam uma ameaça à estabilidade da democracia e do sistema político europeu, explorando as fragilidades deixadas por crises anteriores nas instituições europeias.



Sendo o Parlamento Europeu o único órgão diretamente eleito pelos cidadãos europeus, assume um papel central na defesa dos valores democráticos no espaço europeu. No entanto, trata-se também de um palco onde proliferam discursos populistas e estratégias de desinformação, desafiando a integridade do debate democrático. Neste contexto, a sua análise revela-se particularmente relevante, constituindo um estudo de caso essencial para examinar as políticas de combate à desinformação e a sua relação com a preservação da democracia na Europa.

A defesa da democracia europeia como pilar essencial da construção e sustentação do projeto europeu é fundamental para que a democracia não seja considerada como dado adquirido, devendo ser sempre protegida como essencial para a preservação dos direitos humanos que conseguimos conquistar. Este assunto encontra-se extremamente atual, dadas as evidentes circunstâncias em que nós, o nosso país e o nosso continente estão a viver, com constantes ameaças à democracia, que surgem dentro do próprio sistema democrático.

Neste contexto, o papel do Parlamento Europeu como um órgão democrático que luta contra a desinformação, sendo ele próprio alvo da mesma, tem sido decisivo, com vários documentos legais já formulados e com programas de combate aplicados previamente, durante e depois dos processos democráticos de grande magnitude na Europa. Em virtude da acelerada disseminação da desinformação, as estratégias de combate são continuamente reformuladas, de modo a garantir uma resposta eficaz aos desafios emergentes.

Metodologia:

A metodologia adotada nesta dissertação enquadra-se numa abordagem interpretativa, uma vez que a investigação assenta numa exploração documental centrada no crescimento do fenómeno da desinformação e na sua influência sobre a democracia europeia, bem como no caso específico do Parlamento Europeu. O principal objetivo consiste em estabelecer uma correlação entre estes dois domínios, de forma a compreender o papel do Parlamento Europeu no combate à desinformação e às políticas que a sustentam.



Neste contexto, na base conceptual desta dissertação encontram-se conceitos centrais como a desinformação, a democracia e a extrema-direita. O desenvolvimento do trabalho assenta numa investigação de natureza qualitativa, que envolveu o estudo de diversas obras de autores de referência na área, incluindo artigos académicos e científicos, livros especializados, bem como documentos oficiais e normativos de instituições europeias, disponíveis nas respetivas plataformas digitais.

As fontes selecionadas tiveram como propósito reunir conteúdos essenciais à fundamentação da investigação, nomeadamente a definição e discussão dos principais conceitos que sustentam o debate teórico; as interpretações dos autores relativamente ao défice democrático, permitindo uma análise plural das suas causas e implicações; informações sobre o crescente descontentamento e distanciamento dos cidadãos europeus face às instituições democráticas, e o modo como esse fenómeno se refletiu no reforço da representação da extrema-direita no Parlamento Europeu; dados referentes às eleições europeias de 2014 e 2019; bem como avaliações sobre os pontos fortes e fragilidades do Parlamento Europeu e as iniciativas implementadas para combater a desinformação.

Deste modo, recorrendo a uma análise teórica e tendo como estudo de caso o Parlamento Europeu, o presente trabalho examina o desafio da desinformação enquanto problema democrático e institucional no contexto da União Europeia.

Estrutura da dissertação:

Num primeiro momento discute-se e analisa-se os conceitos predominantes do tema tratado nesta dissertação, como “desinformação”, “pós-verdade”, “populismo” e “euroceticismo”, sendo relevante realizar um contexto histórico, recuando até à última década, sobre como estes conceitos se introduzem na política europeia. Ao definir estes conceitos, são expostas várias visões e diferentes definições de autores, obras e instituições, visto que não há um consenso sobre alguns dos conceitos aqui tratados. Numa perspetiva de introdução ao tema tratado, é necessário compreender a correlação entre estes conceitos e como estes surgem em conjunto, quando se aplicam com essa intenção, como ameaça à democracia europeia.



No capítulo seguinte, explora-se o debate quanto à problemática do “défice democrático” na União Europeia e como se relaciona com as políticas de desinformação e o seu impacto no sistema político europeu. Neste momento, analisa-se o que os autores defendem no que diz respeito a reformas que devem ser executadas dentro dos órgãos da União Europeia, bem como em alguns tratados europeus, de modo a que exista a inclusão de soluções mais atuais para resolver problemas igualmente atuais, como o défice de legitimidade democrática ou o processo legislativo ordinário, que, segundo alguns autores, deve ser alterado para dar mais preponderância aos cidadãos europeus.

No terceiro capítulo, a investigação foca-se nos efeitos negativos que as políticas de desinformação têm diretamente no Parlamento Europeu, órgão escolhido para ser o estudo de caso desta dissertação, uma vez que desempenha um papel importante na defesa da democracia e no combate à desinformação. Porém, paradoxalmente, é também um dos principais alvos dessas políticas, revelando fragilidades e desafios no seu próprio funcionamento. Para analisar essa situação, é necessário realizar uma descrição do Parlamento Europeu, já que se trata do único órgão democraticamente eleito pelos cidadãos europeus, numa lógica de compreender o seu funcionamento interno. Assim, o Parlamento Europeu é analisado criticamente, não apenas enquanto instituição democrática, mas também enquanto espaço onde discursos e políticas populistas e extremistas se afirmam, desafiando os valores europeus e contestando os processos de integração. Sendo a desinformação uma das armas mais fortes à disposição dos populistas e extremistas, é também necessário analisar como estes a utilizam por forma a captar cada vez mais atenção do eleitorado europeu, que se distancia das instituições europeias e, consequentemente, obtém votações cada vez maiores, permitindo a infiltração nos vários órgãos europeus e minando progressivamente os processos democráticos da União Europeia.

O último capítulo, que se subdivide em duas partes, pretende abordar de forma mais alargada a questão do combate do Parlamento Europeu contra as políticas de desinformação, em formato de estudo de caso. Num primeiro momento, exploram-se, de forma sucinta, as duas Eleições Europeias mais recentes — 2014 e 2019 — para analisar os resultados dos partidos de extrema-direita europeus e compreender a influência do



fenómeno do populismo na política europeia. Na sequência destes dois momentos eleitorais, analisa-se o trabalho realizado pelo Parlamento Europeu durante as eleições, sobretudo as medidas adotadas para combater, por um lado, a difusão de políticas de desinformação como estratégia recorrente de diversos atores políticos para manipular a opinião pública, sendo a era da pós-verdade o ambiente propício à sua eficácia. Por outro lado, também é necessário combater as fake news como ferramenta estratégica da desinformação, utilizada por forças populistas para influenciar eleitores e polarizar o debate público nas campanhas eleitorais para as eleições europeias, com o objetivo de aumentar a resiliência à desinformação.

No segundo momento do estudo de caso relativo ao Parlamento Europeu, analisam-se as potencialidades e fragilidades deste órgão democrático, com maior ênfase na documentação elaborada pelos Comités para combater a desinformação, de modo a avaliar os pontos fortes e fracos do órgão e propor soluções para fortalecer os mecanismos de prevenção à propagação da desinformação. O aumento do financiamento para a criação de novos comités, ou para a melhoria dos já existentes, é também alvo de escrutínio, a fim de avaliar a eficácia destes no combate às ameaças externas e internas, bem como na verificação das falhas existentes na legislação europeia, que possam ser exploradas de forma mal-intencionada com o propósito de infiltrar políticas de desinformação e o discurso de extrema-direita nos órgãos europeus, em especial no Parlamento Europeu



1. Debate conceptual: políticas de desinformação/pós-verdade, populismo/euroceticismo

A nossa sociedade enfrenta atualmente uma era de desinformação com a disseminação de *fake news* através dos meios de comunicação social ou nas redes sociais que veio modificar por completo o paradigma político. O uso de políticas de pós-verdade está cada vez mais inserido nas estratégias utilizadas pelos políticos populistas de extrema-direita, contribuindo para a crescente radicalização do discurso político, algo que coloca em risco o debate moderado de ideias e constitui, consequentemente, um perigo para a democracia como a conhecemos hoje.

O descontentamento e as preocupações expressadas por certas franjas da população em relação a vários problemas que a democracia europeia tem vindo a enfrentar desde a última década, como a crise dos refugiados, têm vindo a ser aproveitadas pelos políticos de direita radical que se assumem como a voz do desagrado e da revolta. Outro exemplo é o Brexit, que esteve ligado diretamente às políticas populistas e eurocéticas, uma vez que foi parcialmente impulsionado por discursos que exploraram o descontentamento popular e promoveram uma narrativa de oposição à União Europeia. Os partidos e os políticos da extrema-direita utilizam principalmente as redes sociais como base de propagação do seu discurso populista e disseminação de desinformação de forma deliberada, por forma a captar mais eleitores e seguidores das suas ideologias populistas de extrema-direita.

O crescimento do populismo acontece um pouco por todo o mundo, embora o foco nesta investigação seja dirigido apenas ao que se tem sucedido no continente europeu. Para compreender a crise da verdade com que nos defrontamos atualmente, precisamos de ir até à origem do que está a originar este abanão na democracia liberal num período com grande instabilidade política e de grandes mudanças. Essa origem encontra-se nos conceitos mais importantes para o desenrolar desta investigação, como o conceito de desinformação, mas também o de pós-verdade, o de populismo e ainda o de euroceticismo. Conceitos esses que são fulcrais para enquadrar a investigação, temporal e conceptualmente, mas também para entender como se relacionam entre si.



1.1 Políticas de desinformação e pós-verdade

A forma como é feita a política tem-se modificado ao ritmo que a sociedade tem evoluído, em função dos novos desafios que surgem. Com isso, o debate e a propagação de ideias entre os indivíduos também se têm vindo a alterar, com muitas das discussões a serem realizadas através das redes sociais. A multiplicação dos espaços online em que os indivíduos podem abertamente expressar as suas ideias, opiniões e pontos de vista, permite que milhares de usuários interajam entre si para dialogar sobre qualquer assunto. A criação da internet e, consequentemente, das redes sociais, contrasta em absoluto com aquela que era a realidade no início da democracia e do debate político nas assembleias de cidadãos que se reuniam nas Pólis da Grécia Antiga. Atualmente, as assembleias de cada país tentam recriar esse paradigma, onde está representada a população através dos deputados eleitos pelo voto da população desse país, que expressa a pluralidade de ideais existentes na sociedade.

Para acompanharem a evolução da sociedade, os deputados, os ministros do governo ou outros membros do partido político, tiveram de se reinventar por forma a manterem-se ligados e em contacto com a população em todos os momentos. Para tal, realizam-se os habituais comícios, convenções e outros géneros de concentração com os cidadãos, onde os reúnem para ouvirem os discursos dos políticos do partido. Porém, como não é possível o contacto presencial de forma permanente com todos, os partidos e os políticos utilizam os meios de comunicação social tradicionais, como a televisão, o rádio ou os jornais. Mas para além disso, se um partido político ou os seus membros quiserem ter a visibilidade desejada, têm de apostar na difusão de informação, ideias e discursos através das redes sociais, fomentando as interações e a constante conectividade com o mundo, dado que o acesso à internet é generalizado por uma grande maioria da população.

A internet veio trazer um mundo de novas formas dos políticos comunicarem diretamente com os cidadãos que os elegem. Porém, para além de trazerem novas possibilidades na difusão de informação que é essencial para a população estar corretamente e permanentemente atualizada sobre o que acontece ao seu redor, existem agora inúmeras formas de convencer os eleitores a votarem num ou outro político, conforme seja a sua intenção. No entanto, essa persuasão que é essencial para angariar votos, pode ser



realizada de forma positiva, com a disseminação de notícias e informações fiáveis, ou de forma negativa, com a disseminação de notícias falsas, as reconhecidas *fake news*, que conseguem condicionar a forma de pensar das pessoas que sejam alvo de desinformação, conceito central nesta investigação.

A desinformação é uma arma política cuja utilização se tornou vulgar, principalmente pelos políticos populistas e “é entendida como informação comprovadamente falsa ou enganadora que é criada, apresentada e divulgada para obter vantagens económicas ou para enganar deliberadamente o público, e que é suscetível de causar um prejuízo público.” (Comissão Europeia, 2018a, p.4). A Comissão Europeia enumera a existência de várias causas para a desinformação, como por exemplo ser um indício de uma sociedade em constante mudança motivada pelas sucessivas crises económicas, políticas e sociais, tal como ser o resultado do facto da comunicação social se encontrar num processo de adaptação com o surgimento de novas e mais rápidas formas de propagação da informação quando comparadas com os meios tradicionais, mas também pela forma como as redes sociais são formatadas para propagar desinformação, visto que qualquer utilizador pode criar e difundir *fake news* (Comissão Europeia, 2018a).

Alguns autores que se dedicaram à investigação do fenómeno da desinformação, como Irene Viparelli e Evanthia Balla consideram que a desinformação é já uma estratégia indispensável nos discursos dos políticos populistas, tendo em conta que “forças políticas [...] têm recorrido sistematicamente a estratégias de comunicação que distorcem a realidade, enquanto procuram obter legitimidade popular para promover políticas impopulares.” (Viparelli; Balla, 2022, p.2). As duas autoras afirmam ainda que as redes sociais desempenharam um papel central no advento da pós-verdade (Viparelli; Balla, 2022).

Outro autor, Maximilian Conrad, refere-se à desinformação como “a difusão deliberada de informações falsas para fins de manipulação [...] e tem como objetivo causar indignação num esforço para mobilizar potenciais apoiantes e eleitores” (Conrad, 2021). O mesmo autor, indica que os populistas para além de utilizarem os meios de comunicação social e as redes sociais, utilizam ainda os comícios em que discursam para uma franja mais alargada da população para difundir desinformação. Esta estratégia amplamente utilizada pelos populistas ganha ainda mais importância se tivermos em



conta o contexto de desconfiança dos meios de comunicação social tradicionais e a crescente utilização das redes sociais (Conrad, 2021).

A estratégia de utilização da desinformação por parte dos populistas, maioritariamente nas redes sociais e nos discursos, tem como principal objetivo minar a confiança da população nas instituições democráticas. Sendo “a desinformação [...] um instrumento de influência poderoso e pouco dispendioso – e muitas vezes economicamente rendível.” (Comissão Europeia, 2018, p.5), a aposta passa por inundar o espaço informativo com a propagação de notícias de modo a confundir e baralhar os utilizadores das redes sociais, ao jogar com as emoções e semeando a divisão e a dúvida entre as pessoas. (Parlamento Europeu, 2024d). Esta estratégia acaba por complicar a intenção das pessoas procurarem pela história ou notícia verídica, no meio de muitas versões falsas e manipuladas.

Com o uso generalizado das redes sociais e inserido na era da desinformação, surge a pós-verdade, que teve o seu advento com o Brexit, um evento que “foi interpretado como não apenas o possível início da desintegração do projeto europeu, mas para além disso um sinal de emergência daquilo a que se pode referir como “políticas de pós-verdade”” (Conrad [et al.], 2023, p.18).

A pós-verdade é um tipo de política cada vez mais utilizado pelos populistas, mas cujo conceito é caracterizado como bastante abrangente que inclui uma série de fenómenos que são entendidos como pós-verdade (Conrad [et al.], 2023, p.19 e 20). Assim, o conceito de pós-verdade pode ser percebido como “um novo paradigma político e epistemológico caracterizado por “fake news”, “factos alternativos”, teorias da conspiração e propagação de desinformação deliberadamente.” (Conrad [et al.], 2023, p.32). O objetivo da pós-verdade seria assim o uso das políticas de pós-verdade por parte de políticos populistas, com o objetivo de manipular ou ignorar a verdade intencionalmente e, ainda menosprezar o conhecimento científico, seja ele proveniente de jornalistas, cientistas ou qualquer outro investigador (Conrad [et al.], 2023, p.32).

Numa outra perspetiva, McIntyre, descreve a pós-verdade como o “contexto em que a opinião pública está mais moldada por discursos emocionais do que pela verdade” (cit. por VIPARELLI, Irene; BALLA, Evanthia - European Crises and Right-Wing Populism: The Case of Lega Nord, p.2). As autoras afirmam que as redes sociais desempenharam uma função fundamental no impacto que a pós-verdade tem tido na era desinformação.



As razões para que tal aconteça são a ampliação do número de fontes de informação, a rápida difusão de informação, e também essas mesmas informações serem manipuladas com a intenção de fabricar uma realidade que vá de encontro à verdadeira intenção pessoal de quem as transmite (Viparelli; Balla, 2022).

Semelhante a esta forma de entender o conceito de pós-verdade, podemos acrescentar que, segundo o Dicionário de Oxford, o termo define que atualmente “factos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e crenças pessoais.” (cit. por MENDES, Pedro Emanuel [et al.] - Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais, p.510). O autor acrescenta que as redes sociais tiveram uma grande influência na forma de as pessoas observarem a realidade e a verdade, esta última que recentemente tem vindo a perder a importância que lhe atribuímos previamente (Sousa [et al.], 2021). O advento das redes sociais levou a que “as crenças pessoais, a fé, e a vontade de acreditar e de pertencer a algo parecem ser mais importantes do que os factos científicos e do que a própria verdade factual.” (Sousa [et al.], 2021, p.510).

O autor Douglas Porpora explora a ligação entre o conceito de pós-verdade com o populismo, em particular o de extrema-direita, com a qual muitas vezes se associa com o uso da desinformação para proveito próprio. O mesmo não crê “que aquilo a que chamamos políticas de pós-verdade se limita ao populismo de extrema-direita e [...] o populismo de extrema-direita não está limitado à sua qualidade de pós-verdade” (Porpora, 2020, p.1). O autor adianta que a crise de verdade que vivemos atualmente leva os cidadãos a questionarem-se sobre os seus deveres morais enquanto cidadãos democráticos, algo que está diretamente interligado com o atual crescimento do populismo de extrema-direita. (Porpora, 2020).



1.2 Populismo e euroceticismo no campo da extrema-direita

O populismo está diretamente interligado com ambos os conceitos anteriores, mas também, como a própria palavra indica, a sua referência e preocupação central é o povo, que é muitas vezes levado para um nível emotivo (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998) por parte dos populistas. Segundo Ludovico Incisa populistas são mesmo aquelas “fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo” (Bobbio; Matteuci; Pasquino, 1998, p.980), mas também se refere ao populismo como algo que é mais perceptível e subentendido nas palavras e nas ações do que como um conceito teórico (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998).

Se o povo é condição essencial para que exista populismo, o mesmo sucede para a democracia, que de acordo com Canovan, “demonstram como o populismo é uma forma alternativa de política democrática e estará presente enquanto houver democracia” (cit. por EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew - Populismo: A Revolta Contra a Democracia Liberal, p.13), não sendo algo que desaparecerá quando se resolverem todos os problemas que foram surgindo na Europa desde a crise financeira de 2008, como muitas pessoas incorretamente presumem (Eatwell; Goodwin, 2019). Esta visão permanente do populismo é algo ratificado por outros autores como Muller que o entende como “a sombra permanente da política representativa.” (Sousa [et al.], 2021, p.506).

O populismo pode ser entendido de diversas formas como enunciam Caiani e Graziano. Por exemplo, o populismo visto como forma de retórica política que se rege pelos sentimentos de infelicidade e desilusão da população para com os governantes. Outro exemplo, é o populismo como uma ideologia que vê a sociedade dividida em dois grandes grupos, o povo contra a elite. O populismo pode ainda ser considerado como um tipo de organização que se caracterize por ter um indivíduo que seja a sua figura central, o líder da estratégia política desse movimento. (cit. por VIPARELLI, Irene; BALLA, Evanthia - European Crises and Right-Wing Populism: The Case of Lega Nord, p.2).

O populismo é muitas vezes entendido como uma ideologia antielitista que separa a sociedade entre povo e elite, colocando-os em posições completamente distintas. Cas Mudde defende esta ideia como base da sua forma de pensar o populismo, que julga ser “uma ideologia que considera que a sociedade está, em última análise, separada em dois



grupos homogéneos e antagónicos, “o povo puro” contra “a elite corrupta”, e que defende que a política deve ser uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo.” (cit. por McDONELL, Duncan; WERNER, Anikka - International Populism: The Radical Right in the European Parliament, p.20). Podemos mesmo acrescentar que os partidos de extrema-direita adotaram esta lógica de divisão da sociedade, dado que a sua “retórica populista de direita marcou linhas de divisão entre um Estado-nação do “povo” e um Estado-nação não fiável.” (Viparelli; Balla, 2022, p.3).

A ideia de existir um indivíduo que se assuma como a figura central de um movimento político, cujo afirme que o seu objetivo principal é defender os interesses do povo contra a elite, é corroborada por Muller que assegura que “há sempre a possibilidade de que um dos seus atores fale em nome do “verdadeiro” povo como maneira de contestar as elites presentemente poderosas.” (Sousa [et al.], 2021, p.506). Estes políticos populistas afirmam mesmo que a sua principal prioridade são os interesses nacionais e fazem promessas ao povo, esquecido pelas elites políticas, de que o seu descontentamento e as suas reivindicações serão ouvidas (Eatwell; Goodwin, 2019).

Aplicando a lógica da pós-verdade à figura do líder populista de extrema-direita, as pessoas que o ouvem e seguem ignoram as falhas de caráter do indivíduo, como por exemplo o facto de ser racista ou xenófobo nos seus discursos, nos seus ideais e na sua retórica. Estas falhas são relativizadas e normalizadas pelo facto do líder estar a lutar pelo país e pelos direitos do povo contra a elite europeia (Viparelli; Balla, 2022), algo que demonstra que a lógica de pós-verdade aplicada nos discursos populistas está a produzir resultados e sucesso, apesar de muitas vezes ser resultado da propagação de discurso de ódio e de ideologias de extrema-direita nas redes sociais (Evolvi, 2021).

O surgimento de figuras e partidos políticos populistas de extrema-direita, advém do facto do populismo ser um movimento social que surge da revolta contra os partidos do sistema e contra as instituições democráticas, que já não representam os interesses maiores da população, por se terem tornado incapazes de resolver as sucessivas crises que têm despontado neste século, algo que tem vindo a acontecer em diversos países europeus, tal como noutras países de outros continentes (Porpora, 2020). Em última análise “o que torna o populismo populista é ser um movimento social de base que [...] reage contra os



estabelecimentos partidários de elite, no entendimento de que os representantes eleitos deixaram de representar os círculos populares” (Porpora, 2020, p.2).

O populismo, de resto, tornou-se numa das ferramentas essenciais da extrema-direita contemporânea que teve de se modernizar e transformar algumas características que eram particulares da extrema-direita da primeira metade do Século XX, para que fossem aceites e respeitados pelos eleitores no Século XXI. Por exemplo, o discurso polarizador e populista de exclusão dos “outros”, dos “de fora” em relação a imigrantes mantém-se, mas em vez de os categorizar enquanto inferiores ou superiores, são agora vistos como incompatíveis com a sociedade onde se pretendem inserir (Pirro, 2024). Este caminho de modernização abriu caminho para que a extrema-direita se fizesse representar em maior número nas instituições democráticas, atingindo mesmo o poder em algumas delas. A consequência foi a normalização do euroceticismo e de comportamentos extremistas como “o desprezo por práticas democráticas, como as eleições, a permissão da violência como uma estratégia política viável e a utilização de teorias da conspiração” (Pirro, 2024, p. 1018), como forma de contestação das instituições europeias e deslegitimar o processo democrático.

Por sua vez, o euroceticismo é um sentimento que se foi intensificando dentro da sociedade pela crescente desconfiança da população em relação aos partidos políticos mais conhecidos e que subsistem por mais tempo na liderança dos países, mas também em relação à eficácia das instituições democráticas e europeias (e não democráticas e europeias). Este sentimento que se tornou cada vez mais presente em quem critica algo que esteja relacionado com o funcionamento da democracia europeia, tem vindo a ser aproveitado pelos partidos populistas de extrema-direita de modo a aumentar o tom destas críticas para que estas sejam mais audíveis pelos responsáveis políticos a nível nacional e europeu. Assim, derivado de “no quadro da União Europeia, devido à ligação entre o aprofundamento do processo de integração e a limitação da soberania do Estado, o populismo de direita ganhou uma outra característica – o euroceticismo.” (Viparelli; Balla, 2022, p. 2).

O autor e antigo funcionário de vários órgãos da UE, Martin Westlake, avança com uma definição para o conceito de euroceticismo, considerando-o uma “oposição ou ceticismo em relação ao aumento dos poderes da União Europeia” (Westlake, 2019, p. 3). Pese

embora se generalize o euroceticismo como algo preocupante e que deva ser combatido, há autores como Westlake que arriscam considerar o euroceticismo como algo “inevitável, necessário e pode até ser “saudável” [...] ele deve ser reconhecido como um fenómeno natural e, na sua forma “pura”, não “demonizado”, mas sim integrado no sistema global” (Westlake, 2019, p. 1).

No entanto, o euroceticismo sempre foi considerado pelos cientistas políticos e historiadores, um conceito difícil de determinar com precisão. O primeiro momento em que o euroceticismo foi reconhecido pelos cientistas políticos deu-se nos anos 80 em Inglaterra, quando Margaret Thatcher, primeira-ministra do país na altura, mostrou-se contra a CEE (Wassenberg, 2020). Também em França o euroceticismo começava a ganhar popularidade, visto que ser contra o aprofundamento do mercado económico comum, significava que o estado podia manter a sua soberania acima dos interesses europeus. Posteriormente, este fenómeno foi-se disseminando um pouco por toda a Europa em consequência da assinatura em 1992 do Tratado de Maastricht ou Tratado da União Europeia, porque muitos se mostravam contra o aprofundamento do projeto europeu (Vasilopoulou, 2009).

Este conceito foi desde cedo reconhecido como um termo guarda-chuva para designar todos os críticos do projeto europeu, qualquer que fosse o motivo que justificasse essa posição. Podem ser apontados vários motivos para desencadear esse sentimento antieuropeu como o “medo da globalização, medo da perda de emprego, de uma Europa social, raiva da burocracia de Bruxelas com inúmeras diretivas europeias que complicam a vida quotidiana e os hábitos dos europeus, mas também desilusão com uma Europa que não se tornou uma realidade para os cidadãos, apesar de todas as promessas e discursos políticos” (Wassenberg, 2020, p. 62).

Ultimamente o euroceticismo tem evoluído na forma como tem sido observado, dado que anteriormente era visto como um fenómeno radical para atualmente ser considerado uma realidade política. Enquanto o euroceticismo era considerado como um fenómeno radical, os partidos populistas de extrema-direita não tinham sucesso na angariação de eleitorado, mas à medida que as pessoas se tornaram eurocéticas, começaram a aderir às ideias da extrema-direita (Viparelli; Balla, 2022). As pessoas que têm vindo a seguir estas ideias, tornando-se eurocéticas, possuem vários denominadores comuns como o uso das redes



sociais como principal fonte de informação, ficando bastante expostas às *fake news* e também um relativo desconhecimento de como funcionam as instituições europeias, nutrindo naturalmente menos apreço pelas políticas da UE (Moland, 2021).

Podemos à partida afirmar que, para angariar todo o descontentamento demonstrado por parte dos cidadãos em relação às instituições europeias, os “partidos populistas de extrema-direita contemporâneos na Europa Ocidental partilham um conjunto de valores e políticas, que são particularmente exemplificados [...] nas suas posições eurocéticas” (McDonell; Werner, 2019, pg.22). No entanto, nem todos os partidos partilham dos mesmos motivos para se designarem eurocéticos e, por isso, vários autores como Vasilopoulou, Mudde e Kopecký deram um contributo importante para auxiliar na compreensão do euroceticismo e no entendimento de como cada partido eurocético se encaixa nessa designação.

A cientista política grega, Sofia Vasilopoulou, aponta três tipos de partidos eurocéticos, com base numa análise em termos de princípio, prática e futuro da integração e cooperação europeia. O primeiro tipo é um Euroceticismo de rejeição, em que os partidos que se encaixam nesta designação, rejeitam todos os aspetos da integração europeia por entenderem que todas as decisões que sejam tomadas em que o país esteja envolvido, devem ser tomadas internamente, de modo a manter a total soberania em relação à União Europeia. O segundo, é um Euroceticismo condicional, que designa os partidos que aceitam o princípio da integração europeia por ser algo possivelmente positivo para o seu país em termos de cooperação com a Europa, embora mantendo sempre a soberania assegurada, rejeitando os restantes termos. O último tipo é o Euroceticismo de comprometimento, em que os partidos se mostram abertos ao princípio e à prática da integração europeia porque é algo benéfico para o seu país em termos de desenvolvimento económico, reconhecendo que para tal acontecer é necessário transferir parte da sua soberania para as instituições europeias, mas rejeitam ir além disso na integração por não acreditarem no futuro da integração europeia (Vasilopoulou, 2009).

Numa outra perspetiva, Mudde e Kopecký apresentam uma tipologia de posições políticas na Europa com base no apoio às ideias de integração europeia por um lado e, o apoio à UE por outro, de forma a entendermos onde o euroceticismo se enquadra. Em termos de integração europeia, existe o grupo dos Eurófilos que acreditam na integração tanto a



nível político, defendendo a federalização da UE, como a nível económico, apoiando uma zona de livre comércio, incluindo também aqueles que apoiam apenas uma das vertentes. Por outro lado, temos os Eurofóbicos que não só não apoiam nenhuma das vertentes da integração europeia, como até se opõem. No debate sobre o apoio à UE, emergem duas posições contrastantes: a visão otimista, que associa a integração europeia ao progresso económico e político, e a visão pessimista, que destaca os custos e as tensões inerentes ao processo de integração. Os otimistas acreditam no projeto europeu que se desenvolveu até aqui e também como se vai desenvolver no futuro, enquanto que os pessimistas não apoiam a UE e também não acreditam no caminho que a comunidade europeia vai tomar daqui em diante (Kopecký; Mudde, 2002). Conhecidos assim os quadrantes da análise levada a cabo pelos autores, os mesmos esclarecem-nos que os partidos considerados eurocéticos “combinam posições eurófilas e pessimistas em relação à UE. Apoiam as ideias gerais da integração europeia, mas são pessimistas quanto ao reflexo atual e/ou futuro dessas ideias na UE” (Kopecký; Mudde, 2002, p. 302).

Os partidos eurocéticos de extrema-direita e direita radical populista têm utilizado todas as armas à sua disposição para conquistar um lugar cada vez mais relevante nos órgãos democráticos europeus, seja a nível nacional ou a nível europeu. Ao utilizar as mais variadas formas de desinformação de uma forma mais generalizada e a pós-verdade – uma das ferramentas de desinformação - em particular, têm conseguido mobilizar votantes através da propagação de discursos de ódio e violência para nos separar “dos outros”, com teorias da conspiração e *fake news*. Outra forma populista de angariação de votantes é o aproveitamento que é feito com o descontentamento de certas franjas da população com os partidos políticos convencionais e com as instituições europeias que, na sua perspetiva, continuam a falhar no cumprimento do projeto europeu como fora anunciado aquando da sua criação. Ao extrapolar os sentimentos negativos dos cidadãos e propagar os motivos pelos quais não devemos confiar nas instituições europeias, a direita radical populista difunde o seu euroceticismo com o objetivo de dizer que a UE como a conhecemos não tem futuro, por se ter afastado tanto dos seus cidadãos. Por sua vez, esta situação levanta questões sobre a problemática do défice democrático, que aponta precisamente que uma das dificuldades atuais da UE é o afastamento dos cidadãos das decisões mais importantes que são tomadas na Europa, que demonstram o seu descontentamento nas eleições para o PE.



2. O debate sobre “défice democrático” na UE e as políticas de desinformação

A democracia na Europa enfrenta atualmente vários desafios que colocam em causa a estabilidade das instituições e do sistema político. Desde a crise financeira de 2008, passando pela crise dos refugiados que dura há cerca de dez anos, o processo do Brexit, a pandemia da COVID-19, a guerra na Ucrânia e uma crise da verdade que foi transversal a todos estes acontecimentos e que se tem vindo a agravar, provocaram uma necessária atualização da organização das instituições europeias, dos seus métodos de trabalho, das políticas aprovadas e dos tratados.

A popularidade da UE junto da população tem vindo a diminuir gradualmente, à medida que as pessoas se sentem afastadas do poder central e, que este não tem sido capaz de dar resposta a estes problemas que se vão sucedendo e acumulando. Sentindo-se esquecida, a população cada vez mais eurocética, tem procurado manifestar o seu desagrado através do voto em partidos mais extremistas, particularmente da extrema-direita. Estes partidos aproveitam este descontentamento para angariar eleitores nas suas fileiras, muitas vezes através de métodos questionáveis e preocupantes para uma democracia liberal.



2.1 O debate sobre a problemática do “défice democrático” na União Europeia

A problemática do défice democrático é um assunto que tem vindo a ser investigado e discutido por autores e investigadores que têm exposto as suas visões e propostas de como resolver este problema. A base desta situação é apenas uma: o povo. A população tem vindo a sentir-se afastada das decisões democráticas nas instituições europeias, de tal modo que se verifica uma comparência às urnas cada vez menor. Os eleitores europeus já chegaram à conclusão de que votar nas eleições europeias não tem uma influência tão significativa quanto votar nas eleições nacionais. Isto deve-se ao facto de não terem um poder tão grande de aprovar ou desaprovar o trabalho que os partidos e os políticos eleitos têm vindo a realizar quando comparado com as alternativas existentes e, assim, não assistem a resultados efetivos das suas escolhas no momento de votar (Kumm, 2007).

Estes factos podem também fazer transparecer que não existe uma identidade europeia homogénea entre os cidadãos. Enquanto tal se suceder, será muito difícil transacionar do modelo atual de organização da UE que permite a existência de soberania nacional, para uma Europa das Nações de modelo federativo, em que os países teriam, de certo modo, de abdicar da sua soberania (Kumm, 2007). De acordo com Mattias Kumm, serão necessárias proceder a alterações estruturais ao processo eleitoral europeu, ou então “os cidadãos europeus vão continuar a oscilar entre um apoio inconstante, desinteresse e ressentimento nacional nas suas atitudes em relação à União Europeia.” (Kumm, 2007, p. 119). É necessário alterar este paradigma para que exista uma identidade comum solidificada entre os cidadãos, de modo a permitir que a UE, desempenhando as suas tarefas habituais mesmo através de um processo democrático que tem vindo a ser contestado, continue a sua atividade de forma regular no futuro (Kumm, 2007).

O sistema de eleição para o PE está muitas vezes no centro da discussão dos investigadores da política europeia, devido à forma como as eleições europeias estão organizadas, em círculos eleitorais nacionais e também como os lugares dentro do PE estão divididos atualmente, de acordo com o princípio de proporcionalidade degressiva. Para além disso, também o processo legislativo ordinário, a dupla soberania da UE e os



atuais tratados europeus devem ser alvo de reformas de modo a corrigir o défice democrático, na perspetiva de vários autores.

Um deles é Jürgen Habermas que exprime a sua preocupação acerca do futuro da UE, estando ciente dos desafios que o continente está a enfrentar, mas aponta reformas para melhorar o funcionamento da Europa e das suas instituições. Em termos sociais, o autor alemão defende que é necessário a UE evoluir de uma comunidade internacional de estados para uma comunidade cosmopolita de estados e cidadãos mundiais. Para isso, é preciso dar mais poder político ao PE, o único órgão para o qual os cidadãos europeus contribuem, de modo a ficar mais equilibrado com o poder do Conselho Europeu (Gül, 2013).

Esta inovação encaixa na lógica de que a UE tem de se renovar e melhorar os seus processos de tomada de decisão, integrando mais os cidadãos de uma forma gradual nestes processos, de modo a torná-los mais democráticos, ultrapassando assim a estagnação em relação aos avanços políticos anteriores (Pöllmann, 2010). Só assim, a Europa irá conseguir enfrentar um dos maiores problemas da sua atualidade: o défice democrático.

De acordo com Habermas, muitos aspetos devem ser retificados para que se consiga eliminar o défice democrático do PE e se comece a traçar o caminho para uma Europa federativa com uma democracia supranacional de soberania popular. Em relação aos tratados da UE, o autor refere que “para sustentar tal ordem, são necessárias reformas dos atuais tratados europeus.” (Habermas, 2015, p. 546). Com isto, quer o autor dizer que os tratados devem ser atualizados, por forma a eliminar o défice democrático da UE, mas já a pensar naquilo que será o futuro da Europa, a transição de um continente de estados soberanos para um continente unificado (Habermas, 2015).

No que toca à dupla soberania, esta refere-se à ideia de que a UE é composta por uma soberania dividida por cidadãos europeus de um lado e povos europeus, que constituem os Estados. É desta forma que o autor encontra “o fundamento de tal ordem na ideia de uma UE constituída por uma “dupla” soberania” (Habermas, 2015, p. 546). Esta divisão é fundamental para quando se alcançar uma democracia supranacional também se mantenha a atual relação heterárquica entre os estados membros e a federação de estados (Habermas, 2015).

Outro dos pontos essenciais para a eliminação do défice democrático, é a modificação do atual processo legislativo ordinário, para uma situação em que “o Parlamento Europeu teria de ganhar o direito de tomar iniciativas legislativas, e o designado “processo legislativo ordinário”, que quer a aprovação de ambas as câmaras, teria de ser estendido a todos os domínios políticos.” (Habermas, 2015, p. 546).

O princípio de proporcionalidade degressiva é o método através do qual o PE define a atribuição dos lugares a cada estado-membro aquando das eleições europeias. É um método muitas vezes criticado por beneficiar claramente os estados com menos população como Chipre, Luxemburgo ou Malta, visto que não é permitida a atribuição de um número menor do que seis lugares por estado. Por outro lado, afeta, de certa forma, a atribuição de lugares aos estados-membros com maior população como a Alemanha, França ou Itália, que não podem ter mais do que noventa e seis lugares atribuídos. Este método foi assim estabelecido para que todos os países tenham a garantia que a defesa democrática dos seus interesses ocorre (Habermas, 2017). Porém, este método “representa uma grave violação do princípio da igualdade de representação dos cidadãos com direito de voto, tendo em conta as efetivas diferenças de dimensão das populações do Luxemburgo ou Malta, por um lado, e da Alemanha, por outro” (Habermas, 2017, p. 171). Segundo Habermas, a atribuição dos assentos parlamentares da forma atual, favorece os interesses nacionais ao invés de privilegiar os interesses supranacionais, sendo esse um dos principais motivos para que este método seja modificado.

De forma a resolver esta injustiça na atribuição de assentos no PE nas eleições europeias que viola o princípio da igualdade política, Habermas aponta para uma solução designada por *pouvoir constituant mixte* (traduzido para poder constituinte misto), que seria aplicada num contexto de comunidade política supranacional, acabando com os atuais círculos eleitorais a nível nacional. Este método iria ter em conta os interesses dos Estados, mas também das populações por forma a garantir a legitimidade e a eficácia da democracia supranacional da UE, e assegurando que todos os estados-membros, mesmo os mais pequenos, mantinham a oportunidade de defender os seus interesses democráticos (Habermas, 2017). Com isto, o autor pretende que “o princípio da igualdade dos Estados nos Estados supranacionais (em relação aos Estados-Nação) pode ser atribuído à vontade legítima de um poder constituinte que está dividido na sua origem.” (Habermas, 2017, p. 179).



Os investigadores, no entanto, não estão todos de acordo quanto à existência de défice democrático na UE, como é o caso de Andrew Moravcsik. O autor norte-americano afirma mesmo que “há poucas evidências de que a UE sofra de um défice democrático fundamental. Isso não significa que não haja motivos para preocupação. Existem algumas áreas em que a UE se afasta modestamente das práticas nacionais existentes, sem uma justificação substantiva convincente.” (Moravcsik, 2002, p. 621).

Moravcsik justifica o seu ponto de vista através da desconstrução de vários argumentos defendidos por quem afirma que existe um défice democrático. O primeiro argumento defende que a UE é um superestado que se intromete nas decisões tomadas pelos estados nacionais, enquanto que o autor afirma que “não existe um superestado. A elaboração de políticas da UE está limitada a cerca de 10-20% da tomada de decisões nacionais, principalmente em questões de pouca relevância para os eleitores, enquanto as políticas nacionais mantêm o controlo sobre a maioria das outras questões, geralmente mais relevantes.” (Moravcsik, 2008, p. 333).

No que toca à perspetiva da UE ser uma tecnocracia descontrolada que não submete os seus funcionários a um controlo adequado, Moravcsik riposta ao dizer que “longe de ser uma tecnocracia arbitrária, a UE funciona sob elevadas restrições em termos de capacidade fiscal, coerciva e administrativa, requisitos de transparência, controlos e equilíbrios mais restritos e uma gama mais ampla de controlos nacionais do que os governos nacionais dos seus Estados-Membros.” (Moravcsik, 2008, p. 334).

Perante a acusação da UE e os seus funcionários serem irresponsáveis em termos eleitorais, o autor norte-americano responde que “quase todos os decisores individuais da UE estão sujeitos à responsabilidade democrática e, devido ao seu grande número, o nível geral de responsabilidade direta é maior do que na tomada de decisões a nível nacional.” (Moravcsik, 2008, p. 336).

Em alguns países europeus, como França, Países Baixos e Irlanda, referendos europeus já obtiveram resultados negativos, o que leva à ideia de que poderá ser um sinal de insatisfação dos europeus em relação às decisões tomadas pela UE, mas Moravcsik acredita que a “votação em questões europeias em referendos, eleições para o Parlamento Europeu e eleições nacionais não é motivada por qualquer antipatia informada em relação à Europa.” (Moravcsik, 2008, p. 337).



Perante a desconfiança e impopularidade dos cidadãos europeus em relação às instituições europeias e a pouca motivação a participar no processo de tomada de decisão da UE por se sentirem afastados por essas mesmas instituições, o autor argumenta que “as instituições políticas europeias geram tanta ou mais confiança popular do que as nacionais, provavelmente em parte porque não são participativas. A reforma institucional provavelmente reduziria a confiança pública e a popularidade da UE” (Moravcsik, 2008, p. 338).

Por fim, perante o argumento de que devem existir mais oportunidades para os eleitores participarem mais ativamente na vida política europeia, dada a fraca adesão derivada da desilusão para com as instituições políticas, Moravcsik entende que “os eleitores não deliberam de forma significativa sobre os assuntos da UE, não porque sejam impedidos de o fazer, mas porque não se importam o suficiente com as questões (não salientes) da UE para investir tempo e energia suficientes. Ao gerar um debate desinformado, incentivar uma maior participação pode ser contraproducente.” (Moravcsik, 2008, p. 340).

De outro ponto de vista, a investigadora Jelena von Achenbach também faz várias críticas à visão de Habermas de que existe défice democrático, nomeadamente o facto do autor alemão querer transformar o processo das eleições europeias, introduzindo um círculo transnacional, em substituição dos círculos eleitorais a nível nacional. Em relação ao facto de Habermas considerar que o PE não está capacitado, com a estrutura e o modo de funcionamento atual, para a transição para uma Europa federativa, a autora defende que “o Parlamento Europeu é legalmente concebido para servir como meio de alinhamentos políticos transnacionais.” (Achenbach, 2017, p. 193).

Em relação ao princípio da proporcionalidade degressiva, a autora defende que este sistema se deve manter tal como é agora, visto que ao manter os círculos eleitorais nacionais preserva a “heterogeneidade e a diversidade no seio da cidadania da União” (Achenbach, 2017, p. 193). Este princípio é fundamental para manter um discurso transnacional que seja igualitário para todos os estados-membros e não apenas defendendo os interesses nacionais, como Habermas pensa que a proporcionalidade degressiva implicaria. Ou seja, Achenbach pretende demonstrar que “é possível

reconstruir a proporcionalidade degressiva de um ponto de vista transnacionalista e europeu.” (Achenbach, 2017, p. 201).

Ainda em relação à proporcionalidade degressiva, Habermas argumenta que a sua visão de reconstrução deste princípio, para evitar a desproporcionalidade que existe agora na representação dos estados-membros no PE, se deve a que isto “constitui um défice democrático tão grave que o PE só pode ser uma fonte suplementar e não constitutiva de legitimidade democrática da legislação da EU” (Achenbach, 2017, p. 201). Por outro lado, Achenbach argumenta que o PE, apesar do princípio de proporcionalidade degressiva ter um caráter democrático e de salvaguardar que o discurso seja igualitário e plural entre todos os estados-membros (Achenbach, 2017), tal “é garantido às custas da igualdade política. Este continua a ser um défice democrático da estrutura representativa do PE.” (Achenbach, 2017, p. 201).

Noutro ponto de vista deste debate, o autor Christopher Lord, que concorda com a perspetiva de que existe défice democrático, aponta várias soluções para resolver os problemas relacionados com o défice democrático. Primeiramente, aborda o tema das eleições europeias onde os deputados para o PE são atualmente eleitos através de um sistema de democracia indireta/representativa, mas isso faz com que os países estejam sujeitos a influência externa proveniente de outros países, mesmo até dentro da própria UE (Lord, 2017). A cooperação entre os estados-membros é fundamental para que se encontrem soluções para problemas comuns, nomeadamente no que toca a lidar com a influência externa, algo que o autor considera “necessário para assegurar os valores fundamentais da justiça, democracia e a ausência de domínio arbitrário no seio dessas democracias.” (Lord, 2017, p. 525).

Para que tal seja evitado, o autor sugere que “um PE diretamente eleito pode ajudar a gerir esta situação ao identificar as externalidades e garantir que a sua regulamentação partilhada cumpre as normas processuais de controlo público, igualdade política e justificação devidas a cada democracia nacional.” (Lord, 2017, p. 525). Deste modo, o autor presume que a democracia direta iria cobrir as dificuldades atuais da democracia indireta.

A transição de uma democracia indireta para uma direta, segundo Lord, não seria um processo tão complexo quanto se poderia pensar, visto que existem aspetos dentro do PE

relacionados com a legitimação indireta, que não teriam obstáculos em caso de transformação para processos de legitimação direta. (Lord, 2017). No entanto, esse processo “apenas colocaria em causa a ideia generalizada de que a legitimação pelos indivíduos está – ou deveria estar – concentrada no PE e a legitimação pelas democracias nacionais no Conselho Europeu.” (Lord, 2017, p. 525).

Por último, Lord sugere ainda que todas as soluções apresentadas, em particular a transição de um sistema de democracia e legitimação indireta para um sistema em que as eleições europeias passassem a ser realizadas de forma direta, poderão “ajudar-nos a pensar de forma mais criativa sobre os défices democráticos.” (Lord, 2017, p. 515). Desta forma, o autor pretende transmitir a mensagem de que uma democracia direta nas eleições para o PE, poderia ajudar a resolver muitos dos problemas com que nos deparamos relativamente ao défice democrático.

As conclusões que podemos retirar acerca do debate do défice democrático, é que este é realmente um problema existente na UE e que não pode ser ignorado, por diversos motivos. O primeiro que podemos apontar é que a integração europeia tem significado o aumento da preponderância do poder executivo sobre o poder dos parlamentos nacionais dos estados membros. Tal acontece porque as decisões políticas estão monopolizadas pelos Conselho e Comissão Europeia, impedindo que os parlamentos nacionais consigam controlar e escrutinar o que é decidido por estes agentes, ao contrário do que acontece a nível nacional com os governos de cada estado-membro. Estes podem assim tomar decisões a nível europeu que a nível nacional não seria possível levar a cabo, sem sequer terem de escutar os seus parlamentos (Follesdal; Hix, 2006).

O segundo motivo que pode ser apontado é a fraqueza do PE em comparação com os outros órgãos da UE. Mesmo após as reformas levadas a cabo ainda no século XX, que aumentaram os poderes do PE, este continua a ter um poder limitado, dado que “embora o Parlamento Europeu tenha poderes legislativos iguais aos do Conselho no âmbito do processo de codecisão, a maior parte da legislação da UE continua a ser aprovada no âmbito do processo de consulta, em que o Parlamento tem apenas um poder limitado de adiamento” (Follesdal; Hix, 2006, p. 535). Para além disso, o PE apenas tem o poder de vetar as escolhas feitas para quem ocupa o cargo de Presidente da Comissão Europeia e



dos seus comissários, pelo que não decide nem elege quem dirige os destinos da UE (Follesdal; Hix, 2006).

Outro motivo que deve ser mencionado é o facto de nas eleições europeias, não se dar a devida importância aos assuntos europeus. Os partidos deixam praticamente de fora da discussão a sua agenda europeia, e os eleitores aproveitam estas eleições, geralmente, para manifestar o seu desagrado em relação ao partido que lidera o governo nacional. A isto acrescenta-se o facto de existir consistentemente uma elevada taxa de abstenção nas eleições europeias. Esta situação é justificada pela influência limitada e indireta que os cidadãos europeus têm nas políticas levadas a cabo pela UE (Follesdal; Hix, 2006). Se, pelo contrário, “a UE fosse um sistema com uma verdadeira disputa eleitoral para determinar a composição do “governo” a nível europeu, o resultado desta eleição teria uma influência direta sobre o que os “líderes” da UE fazem e se podem continuar a fazer essas coisas ou são forçados a mudar a direção da política” (Follesdal; Hix, 2006, p. 536).

Ainda outro motivo, é a distância que as instituições europeias estão dos seus eleitores, seja institucional ou psicologicamente. De facto, “institucionalmente, o controlo eleitoral sobre o Conselho e a Comissão é demasiado distante [...] Psicologicamente, a UE é demasiado diferente das instituições democráticas nacionais a que os cidadãos estão habituados” (Follesdal; Hix, 2006, p. 536). Da forma como os processos se desenrolam atualmente, caracteristicamente mais tecnocrata do que político, os cidadãos têm dificuldades em entender como funciona a UE, impedindo que se identifiquem com o poder que emana das suas instituições (Follesdal; Hix, 2006).

Por fim, e como consequência de todos os motivos já apontados, verifica-se um “desvio político” entre o que os cidadãos vêm como políticas ideais a serem aplicadas, daquelas que são realmente as medidas aplicadas pela UE. Por haver um escrutínio limitado dos parlamentos nacionais em relação às políticas que são levadas a cabo, como já havia sido mencionado, os governos podem adotar políticas a nível europeu que de outra forma não conseguiriam aplicar tão facilmente a nível nacional. Mas estas medidas são influenciadas de acordo com os interesses de grupos de capital privado de diversas áreas, que se aproveitam da estrutura funcional do PE e dos restantes órgãos europeus, visto que “uma vez que uma câmara representativa clássica, como o Parlamento Europeu, não é a instituição dominante na governação da UE, os grupos de interesse privados não têm de



competir com a política partidária democrática no processo de elaboração de políticas da UE" (Follesdal; Hix, 2006, p. 537).



2.2 A relação entre as políticas de desinformação e a problemática do “défice democrático” na União Europeia

O populismo tem-se afirmado na Europa como resposta a sucessivas crises económicas, sociais e políticas que fragilizaram a confiança dos cidadãos nas instituições. Ao explorar o descontentamento e simplificar questões complexas, os populistas recorrem frequentemente à desinformação para reforçar narrativas de antagonismo entre o “povo” e as “elites”. Esta manipulação da verdade, como alerta Porpora (2020), enfraquece os alicerces da democracia e agrava o défice democrático da União Europeia, cuja percepção de distância e tecnocracia se vê assim intensificada pela erosão da confiança pública.

O populismo anda praticamente de mãos dadas com a desinformação e todas as estratégias associadas, incluindo as políticas de pós-verdade, aproveitando “a profunda afinidade entre as redes sociais e a retórica populista de direita.” (Viparelli; Balla, 2022, p. 3), tendo em conta que este é o principal meio de disseminação da desinformação.

Neste momento estamos numa época em que é muito fácil encontrarmos as informações que pretendemos, por estar tudo à nossa disposição online. Mas é também online e em todos os outros órgãos de comunicação social que nos deixamos influenciar pelas opiniões que lemos e ouvimos todos os dias, deixando de parte o trabalho epistémico individual a que nos devíamos submeter diariamente para que nos tornemos no tal animal político e para expressarmos a nossa própria opinião em vez de adotarmos a opinião de outro indivíduo como nossa. É por essa razão que “sem o compromisso com esse trabalho e ética epistémica, a democracia deliberativa não consegue funcionar – e de facto não está a funcionar.” (Porpora, 2020, p. 10).

Com o uso generalizado das redes sociais, cada vez mais pessoas confiam neste tipo de meios para obterem acesso às informações e notícias numa base diária, sendo que este não é de todo o método mais recomendável para ficar informado. A exposição recorrente à desinformação, seja qual for a sua origem, leva a que exista uma maior dificuldade em distinguir o que é verdade do que é mentira e muitas pessoas são enganadas sem terem essa percepção. Os populistas aproveitam esse facto para espalhar a sua mensagem e a sua retórica, que com a deturpação da realidade para algo que sirva as suas intenções, mas que ao mesmo tempo capte a atenção das pessoas de forma facilitada, habituando-as a um



discurso radical e extremista com um poder de persuasão tremendo. A extrema-direita normalmente faz de temas sensíveis na sociedade as suas bandeiras e utiliza-as para propaganda política, tais como “as crises financeira e dos refugiados têm vindo a aumentar progressivamente a desconfiança no projeto da UE, determinando um quadro favorável à retórica nacionalista e nativista dos partidos de direita” (Viparelli; Balla, p. 3).

Estamos assim perante uma radicalização do discurso político, não só entre a classe política, mas também já no seio da sociedade. Sendo os partidos de extrema-direita, um dos maiores críticos da estrutura e do modo de funcionamento das instituições europeias, os cidadãos europeus que estão expostos a este tipo de discurso, estão progressivamente a aumentar o seu nível de euroceticismo, por se reverem nestas críticas. Tudo isto leva naturalmente a um aumento da quantidade de votantes nos partidos de extrema-direita, em eleições para os parlamentos nacionais, mas principalmente nas eleições para o PE.

Perante este fenómeno, convém entendermos o porquê e os reais motivos destas pessoas descontentes votarem em partidos populistas, antes de fazer julgamentos e juízos de valor, de forma a evitar que se assista a uma segregação dos votantes nos partidos populistas, ignorando-se os problemas e a razão de os levar a votar em partidos populistas de direita como forma de manifestar o seu desagrado e descontentamento (Eatwell; Goodwin, 2019). Esta situação não é algo raro de acontecer, tendo em conta que alguns políticos, por diversas vezes nos seus discursos, tenham designado “aqueles que votam nos nacionais-populistas [...] como “saloios”, “parolos”, “delinquentes juvenis” ou “anti-expansionistas”” (Eatwell; Goodwin, 2019, p. 14). Ocorreu, por exemplo, na campanha para as presidenciais dos EUA em 2016 vencidas por Donald Trump, para designar os seus apoiantes, mas também na campanha para o Brexit de modo a ridicularizar aqueles que defendiam a saída do Reino Unido da UE.

Existem vários motivos que podem ser apontados para este fenómeno, sendo um deles “parte do problema pode ser ignorância ou a ingenuidade do público, mas ignorância ou ingenuidade por si só não são respostas suficientes” (Porpora, 2020, p. 8), algo que coincidiria com a ideia de marginalização dos votantes da extrema-direita. Mas não se pode desconsiderar outras razões, que são talvez mais válidas do que a simples ignorância dos votantes. Razões essas que são o distanciamento das elites e das instituições políticas,



a desconfiança na classe política, a erosão das identidades nacionais advinda da crise migratória que assola a Europa desde 2014, as desigualdades sociais e económicas que se têm vindo a agravar e que, segundo o sentimento geral da população, nada tem sido feito para serem resolvidas. Tudo isto justifica a relação debilitada dos partidos ditos tradicionais, que normalmente ganham as eleições e lideram os governos nacionais, com a população. Estas razões levam a que uma parte dos cidadãos pensem que estão a ser esquecidos no que toca ao debate político, originando uma mudança do sentido de voto para partidos extremistas, particularmente para a extrema-direita, nos últimos tempos (Eatwell; Goodwin, 2019).

Os populistas estão a aproveitar o momento atual em que nos encontramos de crise da verdade e o apogeu da era da desinformação, para explorar as lacunas que isso está a provocar no sistema democrático europeu. Atualmente, há uma diferença entre aquilo que “a democracia promete (como Lincoln disse, “governo do povo, pelo povo, para o povo”) e o que as democracias liberais contemporâneas realmente entregam (governo maioritário limitado e contido em nome do povo).” (McDonnell; Werner, 2019, p. 21). A exploração desta falha entre o que seria a democracia ideal e a democracia que atualmente governa a Europa, abre um espaço temporal e político para que os partidos populistas de extrema-direita possam prosperar. E quando vivemos numa época em que partidos extremistas e etnocentristas/nativistas estão de regresso à governação de vários países europeus e inclusive a ganhar lugar de destaque no PE, é porque algo necessita de ser corrigido e melhorado, tanto na sociedade tal como nas instituições governativas europeias. A democracia na União Europeia revela sinais de fragilidade, resultantes de sucessivas crises internas que minam a confiança dos cidadãos nas suas instituições. Essa perda de confiança tem sido instrumentalizada pelos partidos populistas de extrema-direita, que recorrem à desinformação para amplificar o descontentamento popular e reforçar a percepção de afastamento entre as elites políticas e o eleitorado (Zimmermann; Kohring, 2020).

A desinformação manifesta-se de diferentes formas, mas principalmente através de conteúdo fabricado ou manipulado que é posteriormente difundido pelos meios de comunicação, sejam eles digitais ou convencionais. Existem inúmeros formatos em que a desinformação pode aparecer como em “notícias, publicações em blogs, comentários em artigos ou em publicações nas redes sociais, memes, perfis falsos de influenciadores,



reportagens televisivas, documentários, *deep fakes* (imagens ou vídeos artificiais gerados por um tipo especial de aprendizagem automática chamado «aprendizagem profunda») ou *cheap fakes* (meios de comunicação alterados através de tecnologia convencional e acessível, por exemplo, photoshop)” (Juhász, 2024, pg.1083, tradução livre).

A democracia assenta no debate, na diversidade de opiniões, no pensamento crítico, na participação cívica e na procura de soluções coletivas baseadas no conhecimento. É um espaço de verdades e, infelizmente, também de mentiras. No começo da democracia, Aristóteles referia que “neste exercício de racionalidade coletiva, temos de nos tornar aquilo que é suposto sermos, razão pela qual somos chamados de animal político, destinado a uma vida reflexiva numa sociedade coletiva” (Porpora, 2020, p. 5).

O debate político, tal como idealizado por Aristóteles, não está a ocorrer como deveria devido à polarização e ao extremar de ideias com o ressurgimento dos partidos populistas extremistas na última década. Com o debate a polarizar-se, significa que os pontos de vista mais extremados estão a dominar a política, fazendo com que todas as opiniões mais moderadas tendam a desaparecer. Com isto, fica muito mais difícil de chegar aos compromissos que são necessários para encontrar soluções, através da divisão fraturante das pessoas e dos cidadãos pelas suas diferentes opiniões, deixando de importar o que realmente é verdade, para defendermos exclusivamente o que é verdade do nosso ponto de vista e não aceitarmos que as nossas crenças estejam erradas. Assim, a polarização do debate está a surtir o efeito desejado por quem o provocou, visto que está a bloquear o desenrolar natural do processo democrático e, consequentemente, a debilitar a confiança que os cidadãos depositam no sistema democrático (Parlamento Europeu, 2024c).

Com a polarização e o extremar de posições por parte dos intervenientes políticos, seria dedutível que o discurso dos populistas e extremistas se classificasse como antidemocrático. No entanto, os populistas apenas “opõem-se a determinados aspectos da democracia liberal tal como ela se desenvolveu no Ocidente” (Eatwell; Goodwin, 2019, p. 10). Na sua generalidade, os partidos populistas de direita pretendem uma democracia mais direta do que a atual democracia liberal, como referendos, consultas populares, entre outros mecanismos. No entanto, isso não pode ser considerado, à partida, um ato populista (Eatwell; Goodwin, 2019).



No espírito da direita radical populista existe uma grande variedade de partidos que neste momento estão presentes no PE e que também são relevantes no contexto da política nacional ou integram governos nos respetivos estados-membros: o FdI - Fratelli d'Italia (liderado por Giorgia Meloni) e o LN – Lega Nord (liderado por Matteo Salvini) de Itália; o RN- Rassemblement National (liderado por Marine Le Pen), o REC e o Mouvement Conservateur de França; o FIDESZ (liderado por Víktor Orbán), o KDNP e o Mi Hazánk da Hungria; o VOX (liderado por Santiago Abascal) de Espanha; o AfD da Alemanha; o FPÖ da Áustria; o PVV (liderado por Geert Wilders) dos Países Baixos; o Suverenna Polska, o KORWiN e o PiS da Polónia; o Chega (liderado por André Ventura) de Portugal; o Danmarksdemokraterne e o DF da Dinamarca; o Přísaha, o ANO 2011, o AUTO e o SPD da Chéquia; o Revival e o There Is Such a People da Bulgária; o N-VA e o VB da Bélgica; o Greek Solution e o FL da Grécia; o AUR e o PNCR da Roménia; o Hnutie Republika da Eslováquia; o ADR do Luxemburgo; o ELAM do Chipre; o PS da Finlândia; o SD da Suécia e o VL – TB/LNKK da Letónia.

Os populistas de direita que são eleitos para o PE têm vários objetivos, sendo um deles mostrar que as instituições europeias não funcionam, estão paralisadas e são desnecessárias, e ficariam melhor se o poder se transferisse para um nível nacional ao invés de estar a um nível europeu. O outro objetivo é corroer por dentro a UE com os seus discursos populistas e eurocéticos. Mas apesar das críticas, estes partidos não expõe uma visão clara nem soluções para o que pretendem para o futuro da Europa, ou seja, as políticas delineadas para a reformulação do funcionamento da UE são muito escassas (DW, 2019).

Apesar da escassez de ideias, podemos verificar que existe, não só um número cada vez maior de partidos populistas de direita e de extrema-direita, como também são muitos os eleitores a votar nestes partidos. Porém, não podemos generalizar e rotular todos os votantes como fascistas ou antidemocráticos, embora existam aqueles que possam ser caracterizados dessa forma. A desinformação reflete um descontentamento profundo com o sistema político, como com os próprios média, sendo essencial recuperar a confiança nas instituições democráticas para a combater eficazmente (Erhardt; Filsinger, 2024). Na sua maioria são pessoas descontentes com o funcionamento das instituições democráticas europeias, com a questão da imigração, com os sucessivos escândalos de corrupção da



classe política, com as desigualdades que teimam em persistir, ou simplesmente consideram-se conservadores (Eatwell; Goodwin, 2019).

O crescimento do nacional-populismo está a criar grandes dificuldades aos valores da liberdade, princípios democráticos e do Estado de direito da União Europeia, que tem falhado por se ter preocupado em demasia com certas individualidades ao invés de se preocupar com a sociedade no geral. Assim, irá haver uma dificuldade cada vez maior em conter o populismo e a extrema-direita, caso esses valores não se renovem (Eatwell; Goodwin, 2019). A estratégia para travar estes partidos passa não só pela atualização das ideias e das políticas, mas também por reformar as instituições democráticas europeias e os tratados, de modo a combater a designada problemática do défice democrático.

Todas as dificuldades que a extrema-direita está a provocar à democracia liberal, é com a pretensão de realizar alterações de modo a transformarem o regime em que a democracia está assente, para que possam governar com menor escrutínio e mais livremente. Essas intenções são sempre disfarçadas com promessas de resolver todos os problemas mais críticos e mediáticos para melhorar a vida das pessoas.

O autor John Erik Fossum, de modo a auxiliar na compreensão de como pode um regime democrático liberal transformar-se num regime autoritário através da propagação de desinformação, elaborou uma escala de quatro níveis em que classifica os vários sistemas políticos, que ordena por ordem crescente o grau de patologia do sistema. Num primeiro nível temos uma democracia funcional que tem medidas e dispositivos corretivos que operam normalmente no combate à desinformação. No nível dois, situam-se as democracias funcionais, mas suas as medidas de combate à desinformação são inadequadas. No nível três, incluem-se as democracias iliberais, que apesar de serem formalmente uma democracia, não existem quaisquer medidas que controlem a desinformação que é propagada. O nível mais alto desta escala, refere-se aos regimes autoritários (Fossum, 2023).

Temos um exemplo dessa reformulação democrática num estado-membro da UE. A Hungria de Viktor Orbán, que é atualmente considerada uma democracia iliberal, enquadrando-se no nível três dessa escala, ou seja, é um sistema político que é “democrático apenas no nome e existe uma forte ligação entre o declínio democrático e o aumento das notícias falsas, da desinformação e da manipulação” (Fossum, 2023, p.



36). É característico neste tipo de sistemas, os seus líderes serem ativamente propagadores de desinformação e, propositadamente, não terem métodos de combate à desinformação, ou então, atacar os métodos existentes. Tudo isto enquanto tentam manter a aparência de um país democrático, atacando o que ainda vai sustendo do que resta da democracia (Fossum, 2023).

Para contrariar estas tentativas de subversão da democracia, a UE propôs uma série de objetivos que devem ser cumpridos de modo a combater a desinformação eficazmente. Esses objetivos passam por: exigir a transparência no que toca à sua origem e a forma como é produzida e difundida; diversificar a informação de modo a que os cidadãos tenham mais fontes para tomarem decisões informados; aumentar a credibilidade da informação, indicando sempre quanto confiável é; e promover a literacia mediática através de um maior envolvimento dos atores e profissionais dos meios de comunicação social, digitais e convencionais (Juhász, 2024).

A desinformação tem tomado de assalto o cenário político europeu, com os partidos de extrema-direita e de direita radical populista, tal como os seus líderes, a aproveitarem todas as ferramentas de desinformação que têm à sua disposição, para minar o projeto político e democrático europeu. O maior objetivo é só um: chegar ao poder. Seja de que maneira for. Pouco importa se espezinham a democracia europeia, os seus atores e as instituições europeias, no fundo, não importa se destroem a UE por dentro para construírem uma UE à sua maneira.

Aproveitam-se do descontentamento de certa parte dos cidadãos europeus em relação às instituições europeias, por estas se terem vindo a afastar da população. Um afastamento que foi aumentando gradualmente à medida que os cidadãos se iam sentindo pouco ouvidos no que toca aos processos de tomada de decisão e aplicação de políticas a nível europeu, uma das principais razões para considerar a existência de um défice democrático na UE.

O défice democrático, que tem vindo a ser amplamente discutido por teóricos da área da ciência política, já tem vindo a afetar os processos democráticos, nomeadamente as eleições europeias, através das quais os eleitores europeus têm elegido cada vez mais partidos e representantes para o PE que não defendem os interesses da Europa. No entanto, e apesar de este ser o único órgão europeu para o qual os eleitores europeus



podem contribuir, é um órgão enfraquecido relativamente aos outros órgãos da UE, carecendo de um maior poder para fazer face aos desafios do défice democrático e combater eficientemente as políticas de desinformação.



3. O impacto das políticas de desinformação nos processos democráticos: O caso do Parlamento Europeu

A democracia na Europa tem passado por tempos conturbados na última década, em que enfrentou uma série de crises de desintegração à qual se juntou a crise da desinformação e da verdade. Situações como o Brexit ou a pandemia da COVID-19 foram exploradas massivamente para fins políticos, recorrendo às estratégias de desinformação para espalhar a narrativa que aos populistas beneficiava mais. Foram disseminadas, principalmente nas redes sociais e nos discursos, uma grande panóplia de informações falsas relativas ao combate à pandemia, contrariando aquelas que eram comprovadas cientificamente, que, por conseguinte, deram origem aos movimentos anti-vacinas e anti-máscaras.

As crises têm proporcionado o momento ideal para o crescimento e fortalecimento dos partidos de extrema direita. A desinformação tornou-se uma ferramenta política relevante dentro da direita radical populista, com resultados visíveis no aumento do apoio a esses partidos, especialmente nas sucessivas eleições nacionais dos estados-membros da UE e nas eleições para o PE. Existem vários exemplos de partidos e líderes desse espetro político no poder, como Robert Fico na Eslováquia e Viktor Órban na Hungria. Para além destes, há partidos de extrema direita com forte influência nos respetivos países como o Liberdade da Áustria (FPO), o RN em França, o AfD na Alemanha ou o Chega em Portugal. Os partidos que se encaixam neste espetro têm vindo a amealhar cada vez mais apoiantes, maioritariamente pelas pessoas estarem descontentes com o trabalho que tem vindo a ser feito pelos partidos tradicionais e pelas instituições democráticas europeias.

Com os partidos de direita radical populista a tornarem-se uma presença constante e assídua no PE, o trabalho deste órgão europeu em combater a desinformação torna-se mais complexo. Isto porque os principais beneficiários destas políticas já foram eleitos e já estão inseridos no PE através do voto dos eleitores europeus, fazendo do órgão o único para o qual os cidadãos da Europa podem contribuir ao eleger os seus representantes.

3.1 Desafios do Parlamento Europeu: distanciamento dos cidadãos e ascensão do populismo radical

O PE é um órgão que não reúne um grande interesse por parte da população, não sendo obviamente irrelevante, mas para o cidadão comum o parlamento nacional é motivo de maior atenção. Uma das razões principais para que isto aconteça, está relacionado com o facto de os eleitores não sentirem que podem fazer a diferença com o seu voto. Tal acontece seja votando no sentido de demonstrar que querem estabilidade e aprovam o trabalho que tem sido feito até agora ou, se pelo contrário, estão desagrados com o trabalho e pretendem mudanças (Kumm, 2007).

Outra razão está relacionada com o crescimento do sentimento de euroceticismo entre a população. Este fenómeno está, em parte, associado à disseminação de desinformação por determinados atores políticos, tais como os inseridos na direita radical populista, que aproveitam a falta de conhecimento do funcionamento das instituições europeias de muitos cidadãos europeus. Podemos ainda apontar outro motivo como o distanciamento e falta de confiança nos partidos tradicionais e instituições políticas europeias que a população manifesta, algo aproveitado para a retórica eurocética dos partidos anti-UE (Moland, 2021).

Estes partidos eurocéticos, apesar de rejeitarem a ideia de como a UE está formulada, concordam que a Europa esteja unida, mas não nestes moldes, visto que são contra a integração europeia (Vasilopoulou, 2021). Por isso, “no que diz respeito aos “eurocéticos”, parece teoricamente possível sustentar que eles apoiam a ideia da cooperação a nível europeu, mas não na forma da UE. Por exemplo, os “eurocéticos” poderiam ser a favor de um tipo de confederação a nível da UE” (Vasilopoulou, 2009, p. 5).

O descontentamento da população com as instituições europeias que tem vindo a resultar no crescimento da direita radical populista a nível europeu, consequentemente espelhado na constituição parlamentar do PE, define-se através de desconfiança, destruição, despojamento e desalinhamento. Desconfiança derivada do crescente distanciamento das elites políticas e das instituições com os diferentes estratos da sociedade, que leva a que os cidadãos pensem que são cada vez menos tidos em conta no debate político e, com o

efeito da viragem desses cidadãos para a direita radical populista. A destruição resultante do sentimento de corrosão das identidades nacionais e das sociedades ocidentais derivada dos grandes movimentos migratórios em direção aos países desenvolvidos, o que leva os cidadãos a pensarem e a presenciarem que está a ocorrer uma mudança étnica e cultural. O despojamento que é sentido por muitas pessoas, derivado das crescentes desigualdades salariais, perda de esperança num futuro melhor, mas também por causa da imigração e da confiança nos políticos, que resulta num sentimento de perda ou desfavorecimento de certos estratos sociais para com outros e que o seu futuro, mas principalmente o dos seus filhos, pode estar a ser comprometido. E o desalinhamiento derivado do enfraquecimento de laços entre os partidos tradicionais e a população, algo que é aproveitado pelos partidos nacional-populistas, que tornou a política atual mais imprevisível (Eatwell; Goodwin, 2019).

Assim, podemos resumir os motivos em vários desafios que o PE e restantes instituições políticas europeias têm de enfrentar como: a erosão do Estado-nação; as elevadas taxas de imigração e a consequente substituição da população; o facto da economia Ocidental estar a criar cada vez mais desigualdades na sociedade; a incerteza sobre se o processo de globalização em que estamos envolvidos nos vai trazer benefícios a longo prazo e também se as religiões podem ter influência, por exemplo, na defesa dos direitos das mulheres e da comunidade LGBT (Eatwell; Goodwin, 2019).

Apesar de verificarmos que grande parte da população do continente mantém a confiança no projeto, visto que sente os efeitos positivos de fazer parte da comunidade europeia, mesmo com todos os desafios enfrentados nos últimos anos, por sua vez também existe uma franja da população que não se sentem de todo apoiados pela UE, afirmando que esta não os ajudou a resolver os seus problemas. Pese embora esse descontentamento, o Eurobarómetro do outono de 2024 mostra que 65% dos italianos estão otimistas com o futuro da UE, acima da média europeia que é de 61% (Comissão Europeia, 2024).

A combinação de todos estes fatores económicos, sociais, políticos e culturais, deixam em aberto um espaço para que a direita radical populista prospere, pelo menos num futuro próximo (Eatwell; Goodwin, 2019). Normalmente pensamos que o crescimento deste tipo de partidos é algo passageiro e que eventualmente irão decrescer em votação. À medida que as pessoas vão avaliando se o voto nestes partidos surtiu o efeito desejado, consoante



o sucesso ou a falta dele, perante as medidas que prometeram cumprir durante todos estes anos assim que chegassem ao poder, podemos vir a ter uma ideia do que poderá acontecer em eleições futuras (Eatwell; Goodwin, 2019).

Por um lado, já existem casos em que os partidos de direita radical populista cometem erros assim que chegaram ao poder, levando a que outros recuassem em certas pretensões nos respetivos países e as pessoas deixassem de votar nesta corrente. Mas convém pensar num futuro em que estes partidos e políticos almejam o sucesso e cada vez mais pessoas vejam neste tipo de políticas a solução para os seus problemas. E atualmente já começa a ser difícil os partidos centristas conterem certas medidas apresentadas pelos de direita radical populista e recuperarem os seus habituais eleitores (Eatwell; Goodwin, 2019). Este constitui o grande risco e incerteza constante com que o PE vai ter de lidar e combater nos próximos tempos, que se avizinhama de grandes mudanças e de instabilidade política.

Um dos grandes problemas do PE é a dificuldade com que se tem deparado para conter os partidos de direita radical populista, que constantemente propaga os seus discursos eurocéticos, mesmo dentro das instituições europeias, através dos seus eurodeputados, com o objetivo de enfraquecer este órgão. Estes discursos passam muitas vezes por tentar demonstrar que as instituições europeias não funcionam e são desnecessárias, inclusive alguns desses partidos pretendem até abolir o Parlamento Europeu, mas enquanto existir querem-no usar como palco para transmitir as suas ideias (DW, 2019).

Neste confronto entre PE e partidos de direita radical populista, que promete ser duradouro, são os partidos que partem com vantagem, visto que é mais fácil limitar-se a atacar o inimigo, ao invés de se defender dele, algo que lhes pode trazer benefícios. Um deles é tentar bloquear e dificultar constantemente todos os processos, votações e discussões em que estejam incluídos, nomeadamente nas negociações sobre que sanções devem ser aplicadas aos países que não têm vindo a cumprir com as regras e valores democráticos da UE (DW, 2019).

Pese embora os constantes e variados ataques dos partidos de extrema-direita dentro do PE, a UE não se limitou a assistir e decidiu agir, levando a cabo uma resposta a vários níveis. Avançaram sobre o nível “legal (legislação estatal, autorregulação pelos provedores de redes sociais e regulamentação central), tecnológico (uso de inteligência



artificial) e social (verificação de factos, literacia mediática e apoio ao jornalismo de qualidade” (Fusiek; Stougiannou; Efthymiou-Egleton, 2022, p. 5).

Para entendermos o PE como o único órgão europeu que pode ser eleito pelos cidadãos europeus, precisamos de entender alguns dos seus pontos fortes e pontos fracos. No caso particular da Hungria, um país liderado por Viktor Orbán desde 2010 e que muitos especialistas consideram a sua democracia como iliberal (uma democracia onde há eleições, mas não há instituições que contrabalancem as regras da maioria), tem sido um dos países mais visados e pressionados por ser uma constante ameaça à democracia e aos direitos fundamentais. Um dos pontos fracos do PE é que a Hungria continua a receber subsídios e outros tipos de ajuda financeira de Bruxelas, que ascendem a 3 mil milhões, e mesmo apesar desses fundos muitos húngaros continuam a viver em pobreza. Apesar de a Hungria estar numa tendência de descida nos rankings de liberdade de imprensa nos últimos anos, responsáveis governativos do país discordam que haja menos liberdade de imprensa ou nas redes sociais, acusando quem afirma tal coisa, de propagar desinformação contra a Hungria (DW, 2019).

Ainda em relação à Hungria, que a par da Polónia, tem vindo a descer no seu nível de democracia desde o regresso de Orbán ao poder em 2010, quebrou o *Rule of Law* da UE, um “princípio fundador partilhado pela UE e pelos seus Estados-Membros, uma vez que estipula que “a União assenta nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e do respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias” (Soyaltin-Colella, 2020, p. 28). A quebra desse princípio deveu-se à adoção de uma nova constituição nacional que teve como consequência a subtração dos poderes do Tribunal Constitucional Húngaro, de modo a retirar-lhe a capacidade de ser uma instituição provedora de estabilidade democrática no sistema político da Hungria. Assim, este órgão deixou de poder avaliar as propostas que o governo de Orbán queria aplicar. Para além do Tribunal, o líder húngaro reduziu a supervisão legal de várias instituições governamentais e órgãos de regulação, como o Banco Central e o Provedor de Justiça da Proteção de Dados. As liberdades também foram reduzidas, nomeadamente a liberdade de imprensa, perseguiu organizações independentes e ainda manipulou o sistema eleitoral (Soyaltin-Colella, 2020).

No que toca à obtenção de financiamento, existe um ponto fraco que está relacionado com o acesso a verbas que são essenciais para o trabalho dos partidos. Previamente a existirem grupos parlamentares exclusivamente de partidos de direita radical populista, os partidos deste espetro conseguiram obter estas verbas ao se juntarem a outros grupos parlamentares do PE, mesmo que não fossem por completo da sua área ideológica, para evitar não terem direito a financiamento por não se integrarem a nenhum dos grupos (McDonell; Werner, 2019). Algo que torna este facto ainda mais grave, é que os fundos que os partidos de direita radical populista recebem pelo PE, constituem uma grande parte do seu financiamento (McDonell; Werner, 2019). Apesar destes dois pontos fracos, podemos enunciar que o ponto forte no seio desta situação é que, precisamente devido à pouca afinidade com qualquer um dos grupos parlamentares do PE, era difícil os partidos de direita radical entrarem num destes grupos e por isso eram muitas vezes postos de parte pelos outros partidos presentes no PE (McDonell; Werner, 2019).

Em relação à desinformação, o PE possui um ponto fraco que é considerado de urgente resolução, relacionado com o facto de “os processos políticos [...] sejam eles nas instituições do sistema político ou na esfera pública, são cada vez mais moldados pela disseminação de desinformação inadvertida e desinformação deliberada.” (Conrad, 2021). Outro ponto fraco relacionado com a desinformação é aquela que continua a ser disseminada pelos partidos de direita radical populista, relativamente à sua narrativa eurocética em relação às políticas migratórias da UE em pleno PE (McDonell; Werner, 2019).

Um dos pontos fortes do PE, é que apesar da narrativa de direita radical populista estar infiltrada dentro do órgão, o debate político consegue prosseguir imune à polarização, dado que “as características da UE enquanto sistema político a tornam um alvo menos suscetível de polarização.” (Moland, 2021).

Um último exemplo de um ponto forte do PE é que, apesar da participação nas eleições europeias por parte dos cidadãos ficar muitas vezes aquém do que seria esperado, existe uma alta correlação entre as opiniões dos candidatos nas eleições europeias e os eleitores que votam neles. Isto acontece mesmo apesar de muitas das vezes os eleitores protestarem contra a falta de alternativas variadas e distintas das habituais forças políticas (Lord, 2017).



O instrumento mais usado pela extrema-direita é a desinformação, baseando as suas campanhas nesta forma de fazer política. E esta é uma forma suja de fazer política, utilizando métodos bastante questionáveis, atacando partidos e políticos que sejam seus adversários e o sistema democrático europeu em si. O objetivo passa por influenciar os resultados das eleições, sejam a nível nacional ou a nível europeu, de modo a obter resultados estrondosos no imediato e a longo prazo, prejudicar a confiança dos europeus nas instituições, através da abertura de fraturas dentro da sociedade e do extremar do debate político (Bendiek; Schulze, 2019).

A democracia sofre bastante com o facto de ser aberta a um debate alargado de interesses políticos, algo que é explorado pela extrema-direita que lança informações falsas e teorias da conspiração para o seio dos debates democráticos e colocar em causa o que entendemos socialmente pelo conceito de verdade (Bendiek; Schulze, 2019). Para além de alterarem por completo o paradigma do que era o debate democraticamente aberto, esta estratégia é recorrentemente utilizada pelos populistas e extremistas no PE, órgão onde a forma de fazer política modificou-se por completo, por culpa da entrada de discursos eurocéticos e baseados em desinformação.

3.2 Populismos e extremismos como forças de desinformação presentes no Parlamento Europeu

Para analisar a chegada dos partidos de extrema-direita ao Parlamento Europeu, é preciso entender o que autores como Hans-Georg Betz ou Cas Mudde têm a dizer sobre a sua designação. Betz considera a “direita radical populista” como uma política de ressentimento, composta por duas principais componentes: a visão económica neoliberal e o nacionalismo xenófobo.” (Martins, 2023, p. 19). Mudde esclarece as razões terminológicas desta designação, passo a passo: “direita, na medida em que se insere no conjunto de ideologias que vê a desigualdade como algo natural e até benéfico; é radical porque se opõe radicalmente a alguns princípios fundamentais das democracias liberais, como o pluralismo e a defesa dos direitos das minorias; e é populista, uma vez que faz uso de conceitos e visões populistas.” (Martins, 2023, p. 20). Assim, direita radical populista talvez seja “a designação em torno da qual se reúne um maior consenso na ciência política” (Martins, 2023, p. 19).

Este esclarecimento é relevante para que não sejam cometidos erros na designação, tanto dos partidos e dos políticos, como de quem os apoia. Muitas vezes, vemos serem atribuídas, de forma generalizada, a este conjunto de indivíduos designações imprecisas como “extremistas” ou “fascistas”. Apesar de realmente alguns dessas individualidades se poderem encaixar nessas designações, a hiperbolização e banalização de termos como “fascismo” ou “fascistas”, desperta o alarme na sociedade de que todos os partidos de direita radical populista vão fazer regressar os regimes fascistas à Europa (Eatwell; Goodwin, 2019).

Para além dessa tentativa de atribuir termos ideológicos a indivíduos apoiantes de partidos de direita radical populista, também se tenta definir um estereótipo do tipo de votantes, algo que é incorreto e impreciso. Regularmente vemos estes indivíduos a serem designados de extremistas rudes e velhos homens brancos ou racistas ignorantes. Dessa forma esquecemo-nos que o grupo de votantes também pode incluir sujeitos tão distintas como pessoas abastadas, pessoas da classe operária, negros e minorias étnicas, estes últimos por pensarem que os islâmicos não se conseguiram integrar nas democracias liberais ocidentais (Eatwell; Goodwin, 2019).



O ressurgimento deste tipo de partidos na última década, tanto a nível nacional como a nível europeu no PE, deveu-se muito às crises de desintegração europeia que têm assolado a UE, principalmente o referendo do Brexit em 2016 e a pandemia da COVID-19 que começou em 2020 e cujo fim apenas foi decretado em 2023. Com a campanha para o Brexit, surgiram também os primeiros efeitos mais notórios de desinformação por parte daqueles que defendiam a saída do Reino Unido da UE, através da disseminação de informações comprovadamente falsas em relação aos perigos que o país enfrentaria em caso de manutenção do país na comunidade europeia. Já com a pandemia da COVID-19, os órgãos de comunicação institucionais a nível nacional e europeu, desempenharam um esforço redobrado para que as informações divulgadas acerca das medidas de saúde pública, que parecia estar a ser acompanhado pela população numa fase inicial. Pese embora este esforço conjunto, numa fase posterior da pandemia começaram a ser espalhadas teorias da conspiração e surgiram os movimentos negacionistas de anti-máscaras e anti-vacinas, largamente apoiados pela direita populista.

Durante a pandemia, muitos especialistas até previam que a era das políticas de desinformação e pós-verdade iriam ter o seu fim precisamente com a pandemia, mas o que aconteceu foi exatamente o contrário (Conrad [et al.], 2023). Tal sucedeu-se dado que as verdades cientificamente comprovadas foram sendo sucessivamente desdenhadas pelos partidos de direita radical populista, e substituídas por *fake news* que foram divulgadas principalmente nos meios de comunicação online e nas redes sociais. A utilização destas plataformas para a difusão da retórica de desinformação destes partidos tem sido uma estratégia amplamente aplicada e com os resultados pretendidos pelos mesmos, como podemos verificar pela sua crescente presença no PE (Viparelli; Balla, 2022).

As redes sociais são, atualmente, o método melhor, mais fácil e mais rápido dos políticos entrarem em contacto com a população e, assim, demonstrando “a grande afinidade entre as redes sociais e a retórica de direita populista.” (Viparelli; Balla, 2022, p. 3). Esta conexão quase intrínseca permite não só difundir propaganda anti-imigração (Viparelli; Balla, 2022) entoando a expressão da “substituição da população”, mas também discursos de ódio e conteúdos multimédia como imagens e vídeos manipulados, explorando todas as falhas existentes na sociedade para ganhar popularidade e votos (Viparelli; Balla, 2022).



O discurso dos partidos de direita radical populista tem vários aspectos característicos e está recheado de críticas vazias, não apontando soluções para os problemas que indicam como de urgente resolução. Esta estratégia tem vindo a resultar, dado que existem franjas da população que acreditam nas palavras destes políticos de que estes irão resolver os seus problemas enfrentando os “inimigos de Bruxelas”, conseguindo assim uma aproximação essencial com a população. Estes partidos afirmam ser a última esperança da liberdade e democracia europeia, dado que todos os políticos que já passaram por cargos de governação nas instituições políticas europeias, nomeadamente no PE, são responsáveis pela destruição do projeto europeu (DW, 2019).

Os motivos apontados para estas críticas estão maioritariamente relacionados com as políticas migratórias, nomeando vários problemas associados como a inclusão de criminosos entre os migrantes ilegais que chegam à Europa e provocam desordem, transtornos, in tranquilidade e inclusive violência contra os europeus, colocando em causa a segurança das cidades. Perante estas críticas, quem as faz não se assume como racista, sendo que os imigrantes que estão há mais tempo em território europeu contrariam esta versão, afirmado que o racismo está a ser cada vez mais manifestado. As associações responsáveis pela integração dos refugiados na sociedade, atiram que os populistas de direita estão a provocar com o seu discurso uma guerra entre a população e os refugiados, principalmente com o argumento de que estas pessoas vão roubar os empregos que antes pertenciam aos europeus. Mas a direita radical populista insiste na versão de que a Europa está sob ameaça dado o excesso de emigrantes que têm vindo a chegar ao continente, apontando que a solução é fechar as portas ao acolhimento dos migrantes e não mais pactos migratórios, um renovado sistema de asilo ou quotas de distribuição de refugiados (DW, 2019).

Outros argumentos comumente presentes no discurso dos populistas radicais de direita, são a exclusão dos seus respetivos países da UE, a retoma de valores como o nacionalismo, a estabilidade e o conformismo e um sentimento de antiglobalização que, segundo estes políticos, veio trazer instabilidade e perda da identidade nacional. Estes políticos representam uma franja da população que está descontente com o trabalho que tem vindo a ser feito pelos responsáveis políticos das instituições europeias e pretendem que a sua vontade e bem-estar seja mais importante do que os interesses de organizações supranacionais (Eatwell; Goodwin, 2019).

O crescimento da direita radical populista é um fenómeno que está para ficar e é uma “tendência que parece estar preparada para se manter na linha da frente nos anos que se avizinham.” (Eatwell; Goodwin, 2019, p. 24). Assim, com este conjunto de partidos em franco crescimento que já lhes permite integrar governos nacionais de vários estados-membros da EU e ocupar um espaço cada vez maior no PE, exige-se uma resposta robusta por parte das forças pró-europeístas que defendem os valores fundacionais da União Europeia que “a menos que dê mostras de se conseguir revitalizar [...] terá cada vez mais dificuldade para conter estes movimentos.” (Eatwell; Goodwin, 2019, p. 24).

Não se deve debater a questão do crescimento da direita radical populista de forma isolada, apenas dentro dos países, mas sim analisar este fenómeno como algo internacional. Tanto que os populistas dos diversos países se reúnem entre si, para fortalecer os laços entre os protagonistas deste espetro político (Eatwell; Goodwin, 2019). O fenómeno de surgimento de políticos deste espetro político, como é o caso de Marine Le Pen em França, de Matteo Salvini em Itália ou Viktor Orbán na Hungria, previamente ao Brexit e à eleição de Trump, tem-se alastrado por toda a Europa e até mesmo a países que não tinham o costume de votar em partidos desta índole, passaram de ter estes partidos marginalizados a ter estes partidos presentes nos parlamentos nacionais, nos governos e até eleitos para o PE (McDonnell; Werner, 2019).

Isto acontece, em particular no PE, dada a sua falta de poder enquanto órgão democrático europeu, relativamente aos restantes órgãos, apesar do reforço de poder que teve ainda no século XX. O crescimento repentino dos partidos de direita radical populista também se justifica pelo facto de nos debates e na campanha para as eleições europeias, os assuntos europeus não serem relevantes, o que permite que os líderes e os candidatos desses partidos possam evitar o tema da Europa, ficando os eleitores a desconhecer as suas propostas e as ideias relativamente aos órgãos europeus, particularmente o PE.

O défice democrático agrava-se, com consequências diretas para o PE, dada a grande distância a que as instituições europeias se têm posicionado em relação aos seus eleitores, com um processo de tomada de decisão cada vez mais complexo enquanto se havia de prezar pela simplificação dos processos. Isto dificulta que os cidadãos se identifiquem com o poder das instituições europeias, por entenderem que não têm um papel decisivo nas decisões que são tomadas a nível europeu, uma vez que existe um “desvio político”



entre as medidas que os cidadãos gostavam de ver aplicadas e aquelas que acabam por ser colocadas em prática.

Assim, podemos expor o efeito que o défice democrático tem nas instituições europeias, na medida em que o ““défice democrático” da UE, este refere-se tanto à inadequação das instituições parlamentares, nacionais ou europeias, para responsabilizar os órgãos executivos da UE pelas suas ações, como à ausência de um demos transnacional, capaz de dirigir as suas reivindicações democráticas às instituições centrais e através delas” (Chryssochou; Stavridis; Tsinisizelis, 1998, p. 110).

Os partidos de extrema-direita europeus começaram-se a organizar internacionalmente de modo a formular entendimentos dentro do PE para que pudessem compor a família política europeia da direita radical populista. Mas como este é um grupo vasto de partidos, nem todos têm as mesmas visões e não conseguem concordar em todas as matérias que são discutidas entre si, dado que os interesses nacionais de cada um se sobrepõem aos interesses internacionais do grupo, revelando-se extremamente importantes de serem defendidos para que não percam a confiança dos seus eleitores (McDonell; Werner, 2019). A opção de voto dos partidos nem sempre é congruente com a sua ideologia, visto que existem casos em que partidos dentro do grupo que não votaram no mesmo sentido dos restantes, mesmo que o grupo seja homogéneo em termos de ideias e pensamento (McDonell; Werner, 2019). No fundo, revela-se alguma dificuldade em organizar um grupo internacional de nacionalistas (McDonell; Werner, 2019).

Partidos como o RN de Marine Le Pen e o PVV de Geert Wilders foram pioneiros na formação do primeiro grupo parlamentar exclusivamente de partidos de direita radicais populistas europeus no PE, logo após as eleições europeias de 2014 (McDonell; Werner, 2019). Até 2014, os partidos de extrema-direita associavam-se a outros grupos parlamentares, de forma a obter financiamento, ou atuavam individualmente sem nunca se organizarem, tendo dificuldades em se manterem intactos durante toda uma legislatura (McDonell; Werner, 2019). Depois dessa formação do primeiro grupo de extrema-direita no PE, a estabilidade dos partidos dentro desse grupo sempre foi uma dificuldade constante, dado que alternam entre grupos de direita radical populista que foram posteriormente criados, ou até mesmo não pertencendo a nenhum grupo, devido a divergências entre os partidos constituintes desses mesmos grupos.



A presença das forças de direita radical populista no Parlamento Europeu reflete uma relação intrínseca com o populismo e o euroceticismo, assumindo uma postura crítica face às instituições da União Europeia, apesar de nelas estarem integradas. Estas forças políticas utilizam estratégias populistas para capitalizar o descontentamento popular, apresentando-se como representantes autênticos do “povo” contra uma elite distante e tecnocrática. O euroceticismo, neste contexto, é instrumentalizado como ferramenta de contestação da integração europeia, sendo frequentemente alimentado por narrativas de perda de soberania, crise identitária e insegurança económica, ao serem exploradas crises como as migrações, a crise económica ou mesmo desafios institucionais internos. Estas forças não só reforçam a sua presença no Parlamento Europeu como também colocam em causa a legitimidade e a própria coesão da instituição, desafiando, paradoxalmente, a sobrevivência da esfera pública que as acolhe e lhes dá voz, obrigando este órgão a responder, através da formulação de medidas de combate às políticas de desinformação.



4. O papel do Parlamento Europeu no combate às políticas de desinformação

As políticas de desinformação tornaram-se uma constante na vida social e política das sociedades, em particular nos estados-membros da UE. Estas têm vindo a contribuir para a radicalização do discurso político, com a disseminação de discursos de ódio e consequentemente para o crescimento dos partidos de direita radical populista que ameaçam a democracia liberal.

Estes partidos, fruto da melhoria consecutiva dos seus resultados nas eleições nacionais e europeias da última década, já constituem em muitos dos estados-membros da UE os governos, sejam o partido líder, em conjunto numa coligação. No PE, estes partidos já reservam uma grande fatia do hemiciclo europeu para si, reclamando já a importância devida tendo em conta o número de deputados de direita radical populista eleitos.

A desinformação tem um grande impacto no PE principalmente devido à disseminação de discursos eurocéticos por parte dos partidos desse espetro político. A retórica anti-UE está já infiltrada dentro do PE, através, por exemplo, da difusão de críticas contra as políticas migratórias europeias ou contra o funcionamento dos órgãos institucionais europeus.

O PE, enquanto instituição europeia e a sociedade europeia, enquanto cidadãos democráticos, têm de ter em conta todas as provas que têm vindo a surgir como motivos para que as pessoas votem nos partidos de direita radical populista. Mas para tal precisamos de entender em que período da história estamos inseridos, e tudo parece indicar para estarmos a viver um período de grandes mudanças a todos os níveis da sociedade e de instabilidade política. Todos estes fatores são importantes para o estudo de caso desta investigação: o papel do PE no combate às políticas de desinformação.

4.1 Como é que o Parlamento Europeu combate as políticas de desinformação: as eleições europeias de 2014 e 2019

O PE tem sido confrontado com um crescimento significativo dos partidos de direita radical populista desde as eleições europeias de 2014, que se acentuou nas eleições europeias de 2019. De modo a entender o impacto das políticas de desinformação que o PE tem vindo a combater, é necessário explorar os resultados de ambas as eleições europeias que ocorreram na década passada.

Previamente a 2014, os deputados de direita radical populista tinham dificuldade em juntar-se a qualquer um dos grupos parlamentares europeus que já existiam. Esta dificuldade era originada por dois motivos principais: a dificuldade que era estabelecer a nível europeu um grupo de nacionalistas devido às suas divergências ideológicas e de interesses (McDonell; Werner, 2019); a outra dificuldade era o facto do regulamento do PE não permitir que se formassem grupos parlamentares com um número de deputados inferior a 23 deputados, sendo que esses deputados têm de ser eleitos por, pelo menos, 7 estados-membros¹. Não cumprindo com esses critérios, os deputados deste espetro político, viam-se obrigados a juntar-se ao ECR (Partido dos Reformistas e Conservadores Europeus) de modo a obter financiamento para os seus partidos (McDonell; Werner, 2019). A outra hipótese seria estarem inscritos como deputados do PE, mas com o estatuto de não inscritos em qualquer grupo parlamentar, que era o que sucedia com a maior parte dos deputados, até 2014.

Nas eleições europeias de 2014, os assentos no PE foram distribuídos da seguinte forma após a sessão constitutiva: EPP – 221 assentos (29.43%); S&D – 191 assentos (25.43%); ECR – 70 assentos (9.32%); ALDE – 67 assentos (8.92%); GUE/NGL – 52 assentos (6.92%); Greens/EFA – 50 assentos (6.66%); EFDD – 48 assentos (6.39%); NI – 52 assentos (6.92%).²

Através destes resultados podemos depreender que o espetro político que venceu as eleições foi o centro-direita (EPP), seguido do centro-esquerda (S&D), seguido da direita

¹ Informação disponibilizada no site do Parlamento Europeu na secção dos resultados europeus dos resultados das eleições europeias em qualquer legislatura do Parlamento Europeu

² Dados disponibilizados no site do Parlamento Europeu na secção dos resultados europeus dos resultados das eleições europeias para o Parlamento Europeu da legislatura 2014-2019 relativos à sessão constituinte



(ECR), seguido do centro liberal (ALDE), seguido da esquerda (GUE/NGL), seguido da esquerda verde (Greens/EFA) e seguido da extrema-direita (EFDD).

A partir da análise destes dados, em princípio, poderíamos depreender que a extrema-direita apenas obteve 48 assentos no PE através do resultado conjunto dos partidos pertencentes ao EFDD, mas o que é certo é que alguns deputados de partidos de direita radical populista ainda se encontravam divididos entre o EFDD, o ECR e alguns até se encontravam não inscritos em qualquer grupo parlamentar (McDonell; Werner, 2019). No entanto, durante a legislatura ocorreram mudanças significativas no desenho parlamentar. Entre alguns deputados que saíram dos respetivos grupos e se juntaram a outros ou ficaram apenas classificados como não inscritos, como também a criação de um grupo novo, o ENF que se enquadra no espetro político da extrema-direita, o segundo neste espetro nesta legislatura.

Assim, com estas modificações a ocorrem durante a legislatura, o quadro do PE cessante do mandato 2014-2019 tomou a seguinte configuração: EPP – 216 assentos (28.84%); S&D – 185 assentos (24.70%); ECR – 77 assentos (10.28%); ALDE – 69 assentos (9.21%); GUE/NGL – 52 assentos (6.92%); Greens/EFA – 52 assentos (6.94%); EFDD – 42 assentos (5.61%); ENF – 36 lugares (4.81%); NI – 20 assentos (2.67%).³

No final da legislatura, com o EFDD e o ENF a somarem 78 assentos em conjunto e tendo também em conta que alguns deputados de direita radical populista se encontravam no ECR (McDonell; Werner, 2019), podemos estimar que o número de deputados de extrema-direita na legislatura de 2014-2019 no PE tivesse sido de “73 entre os 751 membros eleitos do Parlamento Europeu [...], o maior número até à data.” (McDonnell; Werner, 2019, p. 4).

Adicionalmente a todos estes dados é relevante informar os partidos que incluíam os grupos parlamentares de direita radical populista. O ECR nesta legislatura era liderado pelo Partido Conservador Britânico e incluía partidos como o DF da Dinamarca e o PS da Finlândia e ainda outros partidos de direita considerados pouco radicais e pouco populistas. Já o EFDD era liderado pelo UKIP do Reino Unido, onde também se

³ Dados disponibilizados no site do Parlamento Europeu na secção dos resultados europeus dos resultados das eleições europeias para o Parlamento Europeu da legislatura 2014-2019 relativos ao parlamento cessante

encontravam o SD da Suécia e o Movimento 5 Estrelas de Itália, que não eram considerados radicais (McDonell; Werner, 2019). Por último, o ENF que foi criado já no decorrer da legislatura, mais precisamente em 2015, era considerado “o maior grupo populista de direita radical ideologicamente homogéneo no parlamento até essa altura.” (McDonnell; Werner, 2019, p. 5). Este grupo parlamentar foi criado por Marine Le Pen do Front National de França (agora Rassemblement National), Geert Wilders do PVV dos Países Baixos, Matteo Salvini do Lega Nord de Itália, o FPÖ da Áustria e o VB da Bélgica. Para além dos deputados de partidos de extrema-direita que se inseriram nestes três grupos, outros foram deixados de parte durante esta legislatura por causa de divergências ideológicas ou porque estavam no leque dos não-inscritos. Alguns exemplos são relativos a deputados do Fidesz da Hungria, liderado por Viktor Órban, do AfD da Alemanha, o PiS da Polónia, e o Aurora Dourada da Grécia (partido neofascista) (McDonell; Werner, 2019).

No que toca às eleições europeias de 2019, o PE não conseguiu travar o crescimento dos partidos de direita radical populista. Esta legislatura viria a ficar marcada pelo Brexit e pela pandemia da COVID-19. Tal é espelhado na distribuição dos assentos parlamentares do PE na sessão constitutiva: EPP – 182 assentos (24.23%); S&D – 154 assentos (20.51%); Renew Europe – 108 assentos (14.38%); Greens/EFA – 74 assentos (9.85%); ID – 73 assentos (9.72%); ECR – 62 assentos (8.26%); GUE/NGL – 41 assentos (5.46%); NI – 57 assentos (7.59%).⁴

Com uma análise destes resultados podemos depreender que o espírito político que venceu as eleições foi o centro-direita (EPP) com uma descida em relação às eleições europeias de 2014, seguido do centro-esquerda (S&D) que também desceu quando comparado a 2014, seguido do centro liberal (Renew Europe que substituiu o ALDE) que teve um crescimento significativo em relação a 2014, seguido da esquerda verde (Greens/EFA) que também cresceu desde 2014, seguido da primeira extrema-direita (ID que substituiu o ENF) que teve um crescimento significativo em relação a 2014, seguido da segunda

⁴ Dados disponibilizados no site do Parlamento Europeu na secção dos resultados europeus dos resultados das eleições europeias para o Parlamento Europeu da legislatura 2019-2024 relativos à sessão constituinte



extrema-direita (ECR) que teve uma ligeira descida em relação a 2014, seguido da esquerda (GUE/NGL) que teve uma queda em relação a 2014.⁵

Após uma leitura dos resultados, tendo em conta os resultados das eleições europeias de 2014 e o espetro político de cada partido, podemos verificar que os únicos partidos que cresceram foram o Renew Europe, os liberais de centro (que substituiu o ALDE), o Greens/EFA de esquerda verde e o ID de extrema-direita (que substituiu o ENF). Todos os restantes grupos parlamentares tiveram uma queda quando comparado com as eleições europeias de 2014. No entanto, o PPE venceu novamente as eleições europeias, tal como já tinha acontecido há 5 anos atrás e continuou na liderança do PE.

No caso particular da extrema-direita, podemos calcular diretamente o seu resultado conjunto ao somar os assentos obtidos pelo ECR e pelo ID, que no total dão 135 assentos. Este número é manifestamente superior ao verificado em 2014, quando existiam 73 deputados de extrema-direita. É preciso entendermos que o ECR se tornou totalmente virado à direita/extrema-direita, dado a maioria dos deputados incluídos neste grupo parlamentar já pertencer a este espetro político, ao contrário do que sucedia em anos anteriores quando continha uma maioria significativa de deputados do centro-direita/direita e apenas uma pequena porção de deputados da extrema-direita.

Com estas a serem as primeiras eleições europeias realizadas após o referendo do Brexit em 2016, os deputados britânicos já não foram considerados para as contas finais da disposição do PE da legislatura 2019-2024. Apesar de ainda terem sido eleitos para esta legislatura que permanecia com 751 deputados no total do PE, o processo do Brexit apenas foi concluído a 31 de janeiro de 2020, pelo que os britânicos saíram antes do final da legislatura, que terminou com 703 deputados no total. Para além desse evento significativo, houve novamente bastantes movimentações de deputados entre os grupos parlamentares, o que alterou de alguma forma a composição do PE.

Com todas estas mudanças ao longo da legislatura 2019-2024, o PE apresentou-se com a seguinte divisão de assentos como PE cessante da respetiva legislatura: EPP – 179 assentos (25.39%); S&D – 138 assentos (19.57%); Renew Europe – 98 assentos

⁵ Dados disponibilizados no site do Parlamento Europeu na secção dos resultados europeus dos resultados das eleições europeias para o Parlamento Europeu da legislatura 2019-2024 relativos à sessão constituinte em comparação com a sessão constituinte do Parlamento Europeu da legislatura 2014-2019



(13.90%); Greens/EFA – 70 assentos (9.92%); ECR – 69 assentos (9.78%); ID – 49 assentos (6.95%); GUE/NGL – The Left – 37 assentos (5.24%); NI – 63 assentos (8.93%).⁶

Com esta nova disposição do PE, podemos verificar, através da soma dos deputados dos grupos ECR e ID, que a extrema-direita terminou a legislatura 2019-2024 com um total de 118 deputados, mais 45 do que na legislatura 2014-2019. Um número inferior ao do início da legislatura, muito devido aos deputados que trocaram o ID pelo ECR, mas também devido aos que saíram do ID para se tornarem não-inscritos, visto que o ID perdeu muitos membros durante os 5 anos da legislatura do PE. Apesar desta aparente fraca homogeneidade e comprometimento dos deputados para com os respetivos grupos parlamentares onde se inserem, o líder do Lega Nord “Salvini tem envidado esforços para reforçar a sua colaboração ao nível pan-europeu” (Eatwell; Goodwin, 2019, p. 12). Este esforço levado a cabo por Salvini também foi realizado, em parte, pela AfD, que sempre procurou, mesmo até antes das eleições europeias de 2019 serem realizadas, comprometimentos com partidos e deputados do espírito da direita radical populista (DW, 2019).⁹

Em termos de partidos que compõem os grupos parlamentares de extrema-direita, é importante mencionar que dentro do ECR estavam partidos como o da atual líder do grupo, Giorgia Meloni, o Fratelli d’Italia e o ODS da Chéquia, ambos líderes atuais dos governos nacionais dos respetivos estados-membros. Entre outros estão também o PiS da Polónia, o SD da Suécia e o ADR do Luxemburgo. No que toca ao ID, antigo ENF, inclui partidos como o Lega de Matteo Salvini, o Rassemblement National de Marine Le Pen, o FPÖ da Áustria, o VB da Bélgica, o SPD da Chéquia e o DF da Dinamarca.

Com a exploração destes dois momentos eleitorais, as eleições europeias de 2014 e de 2019, da década passada, podemos perceber que as políticas de desinformação têm vindo a ter um impacto cada vez mais substancial no crescimento dos partidos de direita radical populista por toda a Europa.

⁶ Dados disponibilizados no site do Parlamento Europeu na secção dos resultados europeus dos resultados das eleições europeias para o Parlamento Europeu da legislatura 2019-2024 relativos ao parlamento cessante



Outra conclusão que podemos retirar é que durante ambos os períodos eleitorais, as campanhas de desinformação foram utilizadas de forma estratégica para manipular a percepção dos eleitores, disseminando informações falsas ou distorcidas sobre as instituições da União Europeia, imigrantes e a gestão das crises económicas e sociais. Esse fenómeno foi particularmente visível nas plataformas digitais, onde as redes sociais desempenharam um papel central na propagação de conteúdos polarizadores e muitas vezes manipuladores.

Em relação às eleições de 2019 foram tiradas ilações sobre os principais pontos de desinformação que foram abordados, tais como a migração, o terrorismo, a religião e as tensões étnicas (Hinds, 2019). Mas a resposta da UE pode ser considerada positiva, uma vez que a abordagem utilizada para entender a desinformação está a revelar-se eficaz, uma vez que a “corregulação (em correlação com a literacia mediática a longo prazo) é o remédio mais eficaz contra a desinformação e o facto de a Presidência considerar esta abordagem significa, mais uma vez, que a abordagem da União Europeia está a mudar” (Hinds, 2019, p. 84).

Ao avançarmos para as eleições europeias de 2024 e observarmos a análise de Casero-Ripollés, Alonso-Muñoz e Moret-Soler, podemos entender concretamente aqueles que são os tipos, tópicos e meios de disseminação de desinformação abordados de forma mais proeminente durante as últimas eleições europeias. Assim, através desta análise podemos entender melhor as áreas onde a UE deve focar a sua atenção do combate às políticas de desinformação nas próximas eleições europeias. Ou seja, a UE e os outros órgãos europeus devem empenhar-se em combater a desinformação relativamente a assuntos relacionados com o passado e o presente da Europa que são maioritariamente discutidos nas redes sociais (Casero-Ripollés; Alonso-Muñoz; Moret-Soler, 2025).

Em termos de tipos de desinformação, os mais utilizados foram os gerados por IA, o conteúdo falso ou parcialmente falso, conteúdo em que falta contexto, conteúdo satírico e conteúdo verdadeiro. Em termos de tópicos de desinformação estamos perante: políticas relacionadas com a UE; problemas de contexto regional/nacional; legislação; migração; género; religião; clima; terrorismo; guerra na Ucrânia; guerra Israel–Gaza; fundos europeus; integridade eleitoral; instituições europeias; Agenda 2030; segurança e defesa; economia; energia; Covid-19; assuntos da vida privada dos políticos e saúde. No que toca



às plataformas em que a desinformação foi disseminada, as utilizadas foram as seguintes: Facebook; Instagram; Legacy media; site do partido; Pseudo-media; Telegram; TikTok; sites; WhatsApp; X e YouTube (Casero-Ripollés; Alonso-Muñoz; Moret-Soler, 2025).

Regressando à legislatura 2019-2024, a pandemia COVID-19 que surgiu já com o decorrer da mesma, “parece ter inaugurado um novo sentido de solidariedade europeia.” (Viparelli; Balla, 2022, p. 7). Mas nem mesmo durante a pandemia, que veio trazer um espírito de união e combate para dentro da sociedade europeia, os partidos de direita radical populista deixaram de aproveitar mais uma crise que se instalou em solo europeu para beneficiar da situação.

As redes sociais, que estavam a ser utilizadas massivamente para difundir informações úteis para a saúde pública pelos órgãos oficiais da UE em virtude do confinamento generalizado na Europa, foram o meio através do qual os políticos e partidos desse espetro disseminaram teorias da conspiração em relação às medidas impostas pelos governos e instituições europeias, particularmente a questão das vacinas e das máscaras.

As pessoas começaram a acreditar nesses discursos falsos ao invés de acreditarem nas informações que eram cientificamente comprovadas, e surgiram os primeiros movimentos anti-vacinas e anti-máscaras, com o argumento de que essas medidas apenas serviam para os governos controlarem as populações. Tais posições levaram a que algumas pessoas se recusassem a usar máscara em público ou a tomar vacinas com resultados cientificamente comprovados, provocando mortes que seriam totalmente evitáveis.

De modo a combater estes movimentos de desinformação, a UE fez pressão perante as empresas responsáveis pelas redes sociais, para que estas desenvolvessem mecanismos de combate às *fake news* relativas à COVID-19, para que se dê atenção exclusiva às informações de confiança (Parlamento Europeu, 2024j).

Na prática, existem vários exemplos sobre a luta do PE contra a desinformação na sua globalidade e não apenas no caso específico da COVID-19. É exemplo o tópico exclusivo dedicado ao tema da desinformação que o PE tem no seu site oficial, com o objetivo de tentar informar os cidadãos europeus através da partilha de vários artigos e vídeos, tanto a explicitar o combate levado a cabo pela instituição, mas também como nós enquanto



europeus podemos estar mais preparados para lidar com a desinformação diariamente (Parlamento Europeu, 2025). Outro dos objetivos do PE é procurar combater a interferência externa de modo a proteger a democracia europeia, algo que se revela necessário com as constantes tentativas de interferência, como desinformação e ciberataques, oriundos da Rússia (Parlamento Europeu, 2024d). A colaboração internacional é outro exemplo, em que o PE colabora com a Comissão Europeia e o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) para identificar casos de desinformação. Ainda no que toca a sensibilização e recursos, o PE dispõe de vários recursos e iniciativas, como o apoio a polos regionais da Rede Europeia de Verificação de Factos (EDMO), para ajudar os cidadãos a identificar desinformação.

Com o início da guerra na Ucrânia, por parte da invasão russa ao território ucraniano, a Rússia tem apostado bastante na interferência em órgãos de comunicação social e em meios informativos online europeus, de modo a espalhar a sua narrativa e tentar alterar o modo como as pessoas interpretam os factos sobre esta guerra. O objetivo é desestabilizar a opinião pública, semeando a dúvida entre a população, sobre as informações que nos chegam sobre os desenvolvimentos da guerra, que deveriam ser factualmente objetivas e sem margem para alterações da verdade.

No entanto, há alguns estados-membros e partidos europeus, nomeadamente alguns de extrema-direita, que são favoráveis a esta influência russa, a designada “russofilia”, dada a sua ligação próxima a Vladimir Putin e os interesses que mantêm numa relação próxima com a Rússia. Tendo isto em conta, a UE pode ficar exposta a esta tentativa de interferência externa por parte da Rússia, algo que as instituições europeias têm combatido, principalmente com a criação de uma Task Force anti-desinformação que veio aumentar a capacidade de verificar a desinformação de origem interna e externa à União Europeia, incluindo todas as ameaças oriundas de Moscovo (Pamment, 2020).

O autor alemão Mario Baumann reuniu vários exemplos de ameaças provenientes da Rússia dirigidas ao ocidente europeu que justificam a preocupação da UE para com aquele país, e organizou-as em nove grupos. O primeiro define a Rússia como uma ameaça ofensiva para o ocidente que deve reforçar a sua defesa através da UE e da NATO, perante um país agressivo que para além de ter invadido a Ucrânia e estar a empenhar-se numa “guerra híbrida” e na desinformação, está apostado em “alimentar



uma guerra através da propaganda. Nesta “guerra de propaganda contra o Ocidente”, a Rússia está a atacar a democracia e a atual ordem mundial, manipulando eleições e a opinião pública” (Baumann, 2020, p. 294).

A segunda ameaça é a desordem que a Rússia causa através da propaganda e da desinformação, tendo como exemplo aquilo que fez à Ucrânia entre 2014 e 2015. Putin pretendia criar uma zona caótica com o objetivo de desestabilizar os países que rodeiam a Rússia, nomeadamente a Ucrânia, quando esse país se manifestava por uma maior integração europeia e para se libertar das amarras da influência russa (Baumann, 2020).

Outra das ameaças é o facto da Rússia representar a falsidade, a desinformação e a manipulação. Essa estratégia de adulterar todas as informações, é perpetrada “com a ajuda de meios de comunicação social estatais e controlados pelo estado, serviços de inteligência, agências internacionais de relações públicas e empresas” (Baumann, 2020, p. 294).

O facto da Rússia agir de forma imoral também é considerada uma ameaça, uma vez que Putin não tem limites para a forma oportunista como lida com a informação, seja ela relacionada com uma guerra ou com a queda de um avião, parecendo que o seu objetivo é mudar por completo a percepção que se tem do conceito de verdade (Baumann, 2020).

Putin e a Rússia são considerados irracionais pela forma como lidam com as adversidades, que conduz a que ele e a população russa vivam na sua própria realidade. Esta perspetiva russa é considerada “paranóica e não comprehende totalmente o Ocidente. Além disso, os consumidores de propaganda “absurda” e “bizarra” são representados como incapazes de julgar objetivamente o que é verdadeiro e falso.” (Baumann, 2020, p. 294).

A Rússia é considerada uma autocracia, dado que Putin despreza por completo a democracia e por isso tenta tantas vezes abalar a democracia europeia ao querer interferir nas eleições europeias. O líder russo “governa de forma autocrática e teme a democracia e a liberdade. A política de informação da Rússia é comparada à da China e Putin é listado como “vilão” juntamente com Kim Jong-un, Rodrigo Duterte e outros” (Baumann, 2020, p. 294).

Noutro ponto, a Rússia não é analisada como sendo monolítica, dado que há uma separação clara entre o poder russo e os meios de comunicação social independentes e “a



população que é retratada como vítima de propaganda antioccidental e pressão política; os russos são “incitados” e sujeitos a “lavagem cerebral” ” (Baumann, 2020, p. 294).

Outra das ameaças apontadas é que a Rússia tem “submarinos” no Ocidente. Uma designação utilizada para definir os aliados da Rússia na Europa, tais como dois meios de comunicação social, o RT e o Sputnik, e os populistas anti-europeístas na Europa. Estes são apoiados e financiados simplesmente com o objetivo de desestabilizar a Europa, em particular, e o Ocidente, no geral (Baumann, 2020).

A última das ameaças enunciadas faz referência ao passado soviético da Rússia, visto que Putin “repete o erro da União Soviética de confrontar o Ocidente sobre o estatuto de grande potência” (Baumann, 2020, p. 295).

O PE, perante os desafios colocados pela desinformação, sejam eles provenientes de ameaças internas ou externas, e sendo o órgão representativo da democracia europeia, tem o papel de defender os valores democráticos e a integridade das instituições, formulando um conjunto de respostas efetivas com a intenção de aumentar o financiamento no combate à desinformação. A aposta passa pela formulação de resoluções não legislativas no sentido deste combate, como a Lei de Serviços Digitais que vem forçar as plataformas online a criarem mecanismos de combate à desinformação e, assim, protegerem os utilizadores dessas ameaças (Parlamento Europeu, 2024a).

Outra aposta passa pela criação de comités que analisem e façam recomendações. O objetivo com estas iniciativas é o de aumentar a resiliência à desinformação na UE e melhorar a comunicação estratégica, como sendo uma alta prioridade nas instituições nacionais e europeias (Parlamento Europeu, 2024a). Um desses comités é designado por Comité especial para a interferência externa nos processos democráticos da UE, que combate a desinformação ao avaliar as ameaças em todas as áreas que possam influenciar as eleições nacionais nos estados-membros e também nas eleições europeias. As ameaças passam principalmente por campanhas de desinformação nos meios de comunicação social e nos meios digitais, ciberataques que atingem instituições nacionais e europeias, mas também corrupção que envolva políticos e cidadãos (Parlamento Europeu, 2022a).

Um desses comités, formado por deputados do PE, defende que a UE deve ter um regime específico de sanções para travar a interferência estrangeira e as campanhas de



desinformação por poderes estrangeiros. (Parlamento Europeu, 2022a). Algo que se não for feito, esses “poderes mal-intencionados podem assumir que as suas campanhas de desestabilização não irão ter consequências.” (Parlamento Europeu, 2022a).

Este comité entende que as sanções devem ser pesadas para castigar as consequências das ações que cometem, sejam eles indivíduos, conjuntos de indivíduos ou até mesmo estados estrangeiros. No entanto, deve ser preparada uma resposta conjunta para eventuais retaliações da aplicação destas sanções (Parlamento Europeu, 2022c).

A aplicação destas sanções pesadas pode ser fundamental para dissuadir eventuais futuras tentativas de interferência externa através de desinformação, dado que estas estão a ocorrer com cada vez mais frequência e são cada vez mais complexas. Dentro destas estratégias de desinformação incluem-se a “desinformação e a supressão de informação, bem como a manipulação de plataformas de redes sociais e sistemas de publicidade e ciberataques.” (Parlamento Europeu, 2022c). Estes ataques têm alvos tão distintos como jornalistas, investigadores ou políticos e podem afetar áreas como a espionagem ou infiltrarem-se em organizações civis e políticas (Parlamento Europeu, 2022c).

Em relação à propaganda política, foram criadas regras de transparência para que seja mais fácil de determinar anúncios ou publicitações que tenham origem externa à UE, especialmente em contexto de eleições europeias, com o objetivo de diminuir ou impedir totalmente a interferência externa nas eleições. (Parlamento Europeu, 2024a).

A regulação de combate à desinformação, inclui também a Inteligência Artificial, para que as ferramentas de IA não transmitam informações falsas no conteúdo que lhes é pedido para gerar pelos utilizadores, protegendo assim os direitos fundamentais da UE. (Parlamento Europeu, 2024a).

Outras medidas e regulamentações que têm sido aprovadas no sentido de combater a desinformação são, por exemplo, o reforço de cooperação com especialistas em desinformação, ferramentas de fact check e autoridades eleitorais. Para além disso, foi ainda criada uma Task Force integrada no Serviço Europeu de Ação Externa, com especial foco na desinformação oriunda da Rússia.

Todas estas reformas e alterações que foram aprovadas pelos deputados do PE, têm como principal intenção reforçar a integridade, independência e responsabilidade da instituição,



de forma a proteger o PE de atores externos que procuram que a sua influência tenha impacto. Ao proteger o PE destas ameaças, a população também vai ganhando consciência e responsabilidade sobre as melhores formas de combater e evitar o consumo de desinformação (Parlamento Europeu, 2024a).

Pese embora todas estas medidas, há deputados que defendem que se deve ir ainda mais longe para proteger o PE e outros órgãos da UE da desinformação. É o caso de Sandra Kalniete, deputada letã do EPP, que formulou um relatório onde recomenda que “a estratégia deve-se focar em áreas como as sanções coletivas, literacia mediática, interferência externa através do uso de plataformas online, infraestruturas críticas e setores estratégicos, financiamento secreto de atividades políticas por doadores estrangeiros, cibersegurança e proteção das instituições europeias.” (Parlamento Europeu, 2022b).

O trabalho do PE no combate à desinformação deve ser valorizado, visto que o órgão tem apostado bastante na formulação de documentos, legislações, planos de ação e códigos de combate à desinformação, mas o trabalho não deve ser apenas uma questão de regulação. Deve também promover programas de educação cívica sólida para dotar melhor os cidadãos de capacidades para lutarem contra as políticas de desinformação, que pode ser, por exemplo, a deteção de *fake news*, que fazem parte do nosso quotidiano. O PE deve trabalhar também no sentido de garantir a transparência nas plataformas digitais, incluindo principalmente as redes sociais e os meios de comunicação social online, munindo estas plataformas de ferramentas como o *fact-checking* de informação, de modo a informar os usuários da veracidade das informações e notícias disponibilizadas.

Quanto ao défice democrático, a desinformação é uma das grandes barreiras para a confiança nas instituições e na participação ativa dos cidadãos. Para superá-lo, é necessário um esforço contínuo de envolvimento cívico e adaptação das políticas às realidades digitais em constante mudança. Em grande parte, uma maior democratização do projeto europeu torna-se essencial, tal como deve ser fundamental procurar resolver os problemas subjacentes que promovem crises socioeconómicas e insegurança generalizada no contexto da UE.



4.2 Análise das potencialidades e fragilidades do Parlamento Europeu como órgão democrático

O PE, enquanto único órgão democraticamente eleito pelos cidadãos europeus, possui várias fragilidades que são necessárias corrigir, mas também várias potencialidades que é necessário aproveitar e capitalizar, para que este órgão se torne cada vez mais forte e impermeabilizado às ameaças internas e externas de que é alvo.

A fragilidade mais visível é o facto do PE e os seus membros não estarem a conseguir combater o discurso eurocético e as políticas de desinformação propagadas pelos deputados de partidos de direita radical populista. Estes deputados têm continuado com a sua retórica e estratégia de denegrir o funcionamento das instituições, sem que os outros deputados de diferentes espetros políticos consigam diminuir o impacto desse discurso. Como o discurso da extrema-direita apela facilmente para angariar votantes, falando dos problemas que as pessoas querem ouvir, fica mais complicado para os outros deputados fazerem este combate com o mesmo tipo de discurso gasto, ao qual as pessoas já não dão crédito. É então necessário que os deputados defensores da democracia liberal adotem novas estratégias discursivas para voltar a cativar os votantes, com um discurso convincente, atrativo e combativo, de modo a travar o crescimento da extrema-direita nos parlamentos nacionais e no PE.

Outra das fragilidades é o facto do PE não ter do seu lado a capacidade de ser o autor das leis que passam no órgão. A função do PE é de ser apenas editor das leis, limitando bastante o seu raio de ação no que toca à legislação europeia. Isto deve-se aos termos dos atuais tratados, onde se inclui o Tratado Reformador (Kumm, 2007), pelo que é necessária uma atualização destes termos para que o PE tenha, por exemplo, maior capacidade de se defender das ameaças internas.

A limitação do trabalho do PE pode ser transformada em potencialidade, em caso de os tratados serem atualizados e, segundo os seus termos, permitirem que o órgão comece a ter iniciativa legislativa, aliada a uma reformulação do processo legislativo ordinário, para que este possa ser utilizado em todos os âmbitos (Habermas, 2015). Habermas também concorda que “o Parlamento Europeu deveria ter mais poder para contrabalançar

o Conselho Europeu. Para ele, isso seria uma solução que ele designa de “federalismo executivo pós-democrático”” (Gül, 2013, p. 463).

Existe um ponto negativo a apontar à estrutura e poder do PE, relativamente ao facto de ser uma instituição menos preponderante quando comparado com os outros órgãos europeus. O facto de ser “uma câmara representativa clássica, [...] não é a instituição dominante na governação da UE, os grupos de interesse privados não têm de competir com a política partidária democrática no processo de elaboração de políticas da UE” (Follesdal; Hix, 2006, p. 537). Isto tem como consequência a facilitação da ação das grandes empresas a nível europeu, podendo assim influenciar o modo como as políticas são concebidas. Assim, as políticas elaboradas irão ter mais em conta os interesses das grandes empresas, ao invés dos interesses dos cidadãos europeus, exatamente o contrário daquilo que deveria ser o modo de fazer política do PE e dos restantes órgãos democráticos europeus (Follesdal; Hix, 2006).

Habermas aponta outra característica que pode ser eventualmente transformada em ponto forte, relativamente à soberania partilhada entre a UE e os estados-membros, mas só se forem mesmo levadas a cabo: a “força da ordem constitucional da UE provém de duas inovações: a prioridade do direito da União Europeia sobre o direito dos Estados-Membros e a partilha de soberania entre os Estados e os cidadãos. No entanto, estas inovações não são plenamente praticadas na realidade, e é por isso que Habermas sugere algumas mudanças cruciais” (Gül, 2013, p. 463).

O filósofo alemão refere outra potencialidade da UE que pode ser transformada num ponto positivo se for bem pensado e executada, referindo-se a um aprofundamento da democratização da UE. De acordo com ele “a democratização da União Europeia está intimamente ligada à transnacionalização da soberania popular. E, acrescenta ele imediatamente, isso não significa necessariamente restringir a soberania estatal. [...] Desde que mantenhamos intactos os procedimentos de deliberação e inclusão, afirma ele, estender a soberania popular além das fronteiras nacionais não contradiria a soberania de cada Estado-membro” (Gül, 2013, p. 463).

Em relação ao sistema eleitoral do PE, existem várias fragilidades e potencialidades a serem denotadas. Primeiramente, devemos saber que o princípio da proporcionalidade degressiva é um método que tem como objetivo proteger a pluralidade de opiniões de



cada estado-membro, não deixando nenhum de parte, permitindo assim que todos estejam presentes no debate democrático e na formulação de documentos importantes para o funcionamento da UE. Tal só é possível devido à proteção que existe aos estados-membros de menor dimensão, não permitindo que sejam atribuídos menos de 6 lugares por país, como é o caso de Chipre, Luxemburgo ou Malta. Esta é sem dúvida uma potencialidade e um dos pontos fortes do sistema eleitoral do PE. No entanto, esta potencialidade implica necessariamente uma fragilidade, visto que, para proteger estados-membros de menor dimensão, limita os lugares que sejam atribuídos aos países com mais população, a um máximo de 96 lugares, como é o caso da Alemanha. Outra fragilidade que está implícita, é devido à violação do princípio da igualdade dos cidadãos, dado que a representação dos estados-membros no PE não é proporcional à sua dimensão (Habermas, 2017).

A conceptualização do poder representativo dos deputados eleitos para o PE, é outra potencialidade que merece ser destacada. Assim que são eleitos para o PE, os deputados são vistos como representantes da democracia e da pluralidade europeia, ao mesmo tempo que defendem a sua orientação política em relação à Europa. Desta forma, os deputados comprometem-se com o trabalho e disciplina de cada um dos grupos parlamentares em que estão inseridos, de modo a debaterem e votarem, consoante os seus ideais, sobre o que pretendem melhorar para o presente e preparar para o futuro da UE. Com as prioridades dos deputados do PE assim definidas, deixa-se de parte uma eventual tentação dos deputados serem eleitos para defenderem única e exclusivamente os interesses nacionais de cada um, orientando o trabalho para a defesa dos eleitores que os elegeram, através do critério ideológico, para os representarem.

Os eleitores que de cinco em cinco anos elegem os deputados que os irão representar no PE, precisam de ser o centro das atenções do processo democrático e das políticas que a UE leva a cabo. No entanto, não é isso que sucede atualmente. Os cidadãos sentem que estão cada vez mais longe de ser quem tem mais voz dentro do processo democrático europeu. Ao só votarem para um órgão, o PE, os cidadãos sentem-se desmotivados para participar na vida democrática e desinteressados sobre o que se decide nas instituições europeias. Pese embora este sentimento se esteja a generalizar, há cidadãos que se mostram interessados em estar constantemente informados sobre os processos ocorrem, tanto no PE, como noutras órgãos da UE. Contudo, é necessário cativar mais as pessoas



para que se consiga desenvolver um sentimento europeísta conjunto e alargado a todos os cidadãos europeus.

Os partidos de direita radical populista extrapolam a insatisfação das pessoas no que toca a certos aspetos do funcionamento das instituições europeias e passam a mensagem de que nada dentro dos órgãos funciona. Desta forma, ao polarizar e radicalizar o discurso, queimam as pontes de possíveis entendimentos que poderiam existir, para arranjar soluções para os problemas existentes do PE. Assim, os grupos parlamentares de extrema-direita dificultam o trabalho a realizar dentro do órgão, e em vez de solucionar os problemas, por vezes criam novos problemas ou agravam os já existentes.

Para evitar que as pessoas sejam manipuladas por estes discursos, o PE deve fornecer ferramentas já existentes, criar novas e melhorar o trabalho que tem vindo a ser realizado para combater a desinformação. A intenção deverá ser sempre priorizar a qualidade das informações, ao invés da quantidade ou da velocidade com que elas são disseminadas. Apenas contrariando as *fake news* com informações verificadas e cientificamente comprovadas, é que conseguimos diminuir o impacto das políticas de desinformação.

No caso do combate à desinformação online, este não tem surtido os efeitos necessários, visto que a desinformação continua a ser propagada em grande velocidade e quantidade. Tal verificou-se aquando da pandemia da COVID-19, quando as redes sociais estavam inundadas de desinformação e a procura por informação de confiança e comprovada cientificamente estava bastante dificultada. São nos momentos de crises e de eleições, que as estratégias de desinformação são propagadas em grandes quantidades, com o objetivo de confundir as pessoas e de manipular o debate político.

Também os meios de comunicação social tradicionais enfrentam dificuldades derivadas da desinformação, derivado de tentativas de interferência interna e externa. A missão dos jornalistas passa por realizar o seu trabalho de investigação da forma mais independente e imparcial possível, mas nem sempre isso acontece. O trabalho dos jornalistas deveria estar mais protegido através de meios adequados de combate à propagação de desinformação, mas também de manipulação e interferência externa. Devem ser criados e fornecidos aos jornalistas ferramentas para que o seu trabalho de comunicar livre e corretamente a realidade dos factos à população seja conservado, visto que é um dos melhores métodos de manter a sociedade informada.



Ao longo dos anos o PE em conjunto com outros órgãos da UE tem vindo a desenvolver várias estratégias, legislações, grupos de trabalho e planos de modo a concertar uma ação conjunta, forte e organizada para combater a desinformação. No início de 2015, no ano seguinte à anexação da península da Crimeia por parte da Rússia, a UE sentiu a necessidade de criar a StratCom Task Force, incluído no Serviço Europeu de Ação Externa, para combater a estratégia de desinformação que a Rússia estava a lançar principalmente sob o leste europeu (Pamment, 2020).

Posteriormente, a Comissão Europeia publica uma comunicação designada de “Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia” que lança vários objetivos e desafios a serem cumpridos para combater a desinformação, como a melhoria da transparência em relação à origem da informação, a promoção da diversidade e da credibilidade da informação e ainda a oferta de soluções inclusivas para envolver a sociedade na resolução da problemática da desinformação. (Comissão Europeia, 2018a).

Em 2018 é lançado um pacote de medidas para garantir eleições europeias livres e justas (Comissão Europeia, 2019), tal como um Código de Conduta sobre Desinformação que traça as regras gerais que plataformas informativas devem seguir para travar as políticas de desinformação. Consiste num mecanismo de autorregulação que é subscrito pelas plataformas online e redes sociais. Plataformas como o Facebook, o Twitter, a Google e a Mozilla assinaram o código logo em 2018, enquanto que a Microsoft assinou em 2019 e o TikTok em 2020 (Juhász, 2024). Em termos de conteúdo, “o Código de Conduta continha originalmente 21 compromissos relacionados com o escrutínio da colocação de anúncios, a transparência da publicidade política e temática [...], a integridade dos serviços [...], capacitar consumidores [...] e capacitar os investigadores através da promoção de parcerias com o meio académico e a sociedade civil sobre o tema da desinformação e acesso aos dados da plataforma” (Juhász, 2024, p. 1083 e 1084). Depois de algumas críticas, o Código já foi posteriormente revisto em 2022, passando de 21 para 44 compromissos.

Ainda no mesmo ano é inaugurado o Observatório Social para a análise da desinformação e dos meios de comunicação social (Comissão Europeia, 2019). Meses mais tarde é lançado o Plano de Ação contra a desinformação que coloca à disposição



vários instrumentos que podem ser utilizados para combater a desinformação e é considerado um pilar essencial das políticas da UE (Pamment, 2020).

No ano seguinte foram realizadas várias iniciativas no âmbito da desinformação, como por exemplo, a Reunião inaugural da Rede europeia para a cooperação no domínio das eleições, as Comunicações das plataformas em linha, foi realizada a Semana Europeia da Literacia Mediática e houve ainda a contribuição da Comissão Europeia para a reunião informal dos líderes da UE-27 em Sibiu, na Roménia (Comissão Europeia, 2019).

Tendo em conta todas estas estratégias de combate à desinformação levadas a cabo pelo PE e restantes órgãos da UE, podemos afirmar que o trabalho até agora realizado ainda se encontra incompleto. Isto deve-se irremediavelmente ao facto de os partidos de direita radical populista continuarem a usufruir das políticas de desinformação para crescerem a nível nacional e a nível europeu, ocupando cada vez mais lugares no PE. O foco do combate à desinformação deve encontrar um equilíbrio entre o combate às ameaças internas e externas.

A resposta às fragilidades do PE no assunto das políticas de desinformação será sempre mais democracia e nunca menos. A democracia deve ser sempre fortalecida de modo a que se torne resiliente e as pessoas que a sustentam devem ser educadas no sentido de se protegerem dos perigos que a Europa tem vindo a enfrentar e irá continuar a enfrentar nos próximos tempos.



Conclusão

O ressurgimento da extrema-direita na sequência das várias crises de desintegração europeia, como a crise financeira de 2008, a crise migratória que teve início em 2014, o processo do Brexit que teve o seu referendo em 2016 e foi concluído em 2020, a pandemia da COVID-19 que durou até 2023 e a guerra da Ucrânia que se iniciou em 2022, trouxeram de volta os fantasmas da extrema-direita ao continente europeu.

Mas o fenómeno da extrema-direita não é desconhecido do continente europeu, embora seja a primeira vez que as gerações mais novas da população europeia estão a testemunhar esta onda de extremismo, populismo e radicalismo. Este fenómeno acalmou depois do final da Segunda Guerra Mundial, embora fosse aparecendo aos poucos, tendo agora ressurgido em força no Século XXI.

A espaços, os partidos de direita radical populista foram conquistando eleitorado, e descobriram novas formas de cativar cada vez mais eleitores para junto de si. Com a ampla utilização das políticas de desinformação, certamente um dos conceitos da década tal não foi o seu impacto nas nossas vidas, elas tornaram-se parte indispesável na estratégia da extrema-direita. Foi através delas, com a deturpação e manipulação da realidade e das verdades, que os seus discursos se tornaram alvo de investigação, para estudar este fenómeno que estava a ganhar tantos adeptos entre a população.

A extrema-direita modernizou-se, deixando cair algumas das características que eram comuns deste espetro político aquando da ascensão e permanência dos fascismos no poder no Século XX. Por outro lado, inspirou-se em outras particularidades desses regimes, e transformou-as para que fossem aceites pelo eleitorado do Século XXI. Esta maior aceitação e aderência pelas ideias da direita radical populista, voltaram a normalizar a segregação de certas partes da população, sob o argumento de que são incompatíveis com a sociedade onde se pretendem inserir.

Também o euroceticismo e o desrespeito pelas instituições democráticas europeias são agora prática comum entre os partidos, os políticos e os apoiantes que defendem o fim da UE como a conhecemos hoje. Todo o tipo de populismo e desinformação vale para angariar mais votos e atingir cargos de poder, a nível nacional e europeu, desde a propagação de violência e discursos de ódio até às *fake news*.



O discurso da extrema-direita reflete o descontentamento da população, seja com os problemas mais locais e nacionais ou com os problemas a nível europeu. A população sente-se desconsiderada e cada vez mais longe das instituições europeias e com cada vez menos preponderância nas decisões que são tomadas a nível europeu, que são neste momento exclusivas dos atores políticos mais influentes dos órgãos europeus, sendo este um sintoma do défice democrático que está bem presente na UE.

O défice democrático do Parlamento Europeu que teve origem nas lacunas dos atuais tratados europeus que designam como os órgãos devem funcionar, aponta para que estes tratados e legislações precisem de reformas urgentes, de forma a se adaptarem às circunstâncias da política e sociedade atual. O Parlamento Europeu necessita de ganhar mais força e mais poderes, para que possa, através de um processo legislativo ordinário, proteger-se dos perigos internos e externos, aos quais está sujeito permanentemente.

Embora os partidos de direita radicais populistas não pretendam acabar com a democracia, pretendem modificá-la de uma democracia liberal, a que temos hoje, onde existe um escrutínio permanente ao trabalho que os políticos, os partidos e as instituições realizam, para uma democracia iliberal, onde apesar de existirem órgãos democráticos, o escrutínio seria muito menor ou até inexistente, tal como Viktor Orbán governa agora a Hungria. O objetivo vai muito além de atingir o poder a nível nacional, porque só ganhando um espaço de manobra maior nos órgãos democráticos europeus, é que a extrema-direita consegue modificar a UE atual para uma UE que sirva os seus interesses. E para isso, utilizam o PE para disseminar o seu discurso eurocético, mesmo no seio da democracia europeia.

A permanência dos partidos de direita radical populista no Parlamento Europeu não só se tem prolongado ao longo dos anos, como até se tem alargado a cada vez mais deputados deste espetro político, algo que se verificou nas eleições europeias de 2014 e 2019.

Com o crescimento abrupto da extrema-direita na última década, os partidos deste espetro político começaram a explorar as fragilidades dos órgãos institucionais, mas em particular do Parlamento Europeu. Este é o único órgão através do qual se poderiam infiltrar nas instituições da União Europeia para semear a divisão e incendiar o debate democrático a nível europeu, algo que tem repercuções a todos os níveis da sociedade.



As posições dentro da política e da sociedade extremaram-se, deixando de haver o espaço necessário para as opiniões moderadas. Os partidos extremistas são os grandes responsáveis por esta situação, colocando as pessoas a debater o que é que realmente se entende pelo conceito de verdade. As visões e os ideais das pessoas tornaram-se crenças inalteráveis, afastando-as de um debate saudável, cortando as hipóteses de consensos para conseguirmos soluções para os problemas que nos afetam a todos.

No entanto, não se podem considerar todas as pessoas que estão num polo de ideais oposto ao nosso de serem extremistas ou fascistas. Há que tentar compreender, como foi realizado durante esta investigação, o que leva as pessoas a votar em partidos de direita radical populista, como resposta aos seus problemas e não fazer soar os alarmes de que está a chegar uma nova era de ditaduras e fascismos a governar na Europa.

É precisamente o povo que está na base da democracia e quando o povo se sente insatisfeito, a democracia treme. As pessoas começaram a sentir-se desconsideradas e longe dos processos de decisão democráticos a nível europeu, visto que o único órgão para o qual votam é o Parlamento Europeu. A sua voz não estava a ser ouvida e cada vez mais cidadãos optaram por uma nova forma de protesto: votar em partidos de direita radicais populistas.

Tudo isto é um ataque direto à sobrevivência a um autêntico desafio às capacidades do Parlamento Europeu como único órgão para o qual os cidadãos europeus podem votar. Este órgão tem-se defendido ao inovar e delinear novas medidas de combate às políticas de desinformação, contando com a ajuda dos outros órgãos da UE para formular legislações e planos de ação de combate à desinformação.

O trabalho que o Parlamento Europeu realizou até agora neste combate deve ser reconhecido, mas deve ser aprofundado e ir além dos documentos legislativos. Há um trabalho que necessita de ser realizado junto dos meios de comunicação social e, principalmente, da população. Deve ser fomentada a transparência na forma como as plataformas digitais lidam com a desinformação, para que haja uma menor disseminação de *fake news*, mas também incutir nos cidadãos uma maior capacidade de diferenciar os conteúdos verdadeiros e falsos que estão ao nosso alcance numa base diária.



Estas medidas iriam, não só reforçar o combate à desinformação a todos os níveis, mas também seria uma forma de aproximação entre a UE e os cidadãos europeus. Tal não dispensa a óbvia necessidade de democratizar o processo de tomada de decisão europeu, de modo a retomar a importância que sociedade europeia como um todo deve ter nas políticas que são formuladas a nível europeu, respeitando os interesses da população. A UE deve funcionar de e para as pessoas, procurando resolver os problemas que provocam descontentamento, reduzindo assim os níveis de insatisfação que existem atualmente, relativamente às instituições europeias.

Mas no combate à desinformação, deve haver um equilíbrio entre o combate às ameaças internas e externas. Para além do crescimento da extrema-direita em território europeu, também existe a constante ameaça de desestabilização da democracia europeia por parte da Rússia, ao tentar influenciar as eleições europeias através de mecanismos de desinformação externos, mas também ao exercer influência sobre alguns atores políticos europeus.

O combate à desinformação é uma luta diária, dada a velocidade com que a informação circula e a volatilidade que ela tem, ao ser constantemente alvo de manipulação ou enviesamento por parte dos atores que pretendem beneficiar com a desinformação. Numa altura em que vivemos uma grande turbulência social, económica e política, também as guerras marcam o nosso quotidiano. As notícias surgem de um momento para o outro e é um desafio estar a par de toda a informação e, simultaneamente, ter o cuidado que toda aquela que consumimos é de confiança.

A democracia liberal está sim em risco, mas cabe-nos a nós com as ferramentas, estratégias e políticas mais acertadas, combater a disseminação da desinformação e consequentemente o crescimento dos partidos de direita radical populista. Porém, já existem estados-membros em que a extrema-direita governa ou já governou num passado recente e é por isso que se revela extremamente necessário voltar a colocar a população no centro da democracia e do projeto europeu. A resposta será sempre mais democracia e nunca menos, mas sempre cada vez mais forte.

“Quem adormece em democracia, pode acordar numa ditadura” – Sigmar Gabriel



Referências Bibliográficas

ACHENBACH, Jelena Von - **The European Parliament as a Forum of National Interest? A Transnationalist Critique of Jürgen Habermas' Reconstruction of Degrressive Proportionality.** JCMS: Journal of Common Market Studies. 55:2 (2017) 193–202. doi: <https://doi.org/10.1111/jcms.12519>.

BAUMANN, Mario - **«Propaganda Fights» and «Disinformation Campaigns»: the discourse on information warfare in Russia-West relations.** Contemporary Politics. 26:3 (2020) 288–307.

BENDIEK, Annegret; SCHULZE, Matthias - **Disinformation and elections to the European Parliament** [Em linha]. Berlim : Stiftung Wissenschaft und Politik - Deutsches Institut für Internationale Politik und Sicherheit, 2019 Disponível em WWW:<URL:<https://doi.org/10.18449/2019C16>>.

CAIANI, Manuela; GRAZIANO, Paolo - **Understanding varieties of populism in times of crises.** West European Politics. 42:6 (2019) 1141–1158. doi: <https://doi.org/10.1080/01402382.2019.1598062>.

CAMPOS, Fernando - Populismo. Em **Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais**. Coimbra : Edições Almedina, 14 Abr. 2022. ISBN 978-989-40-0289-5

CASERO-RIPOLLÉS, Andreu; ALONSO-MUÑOZ, Laura; MORET-SOLER, Diana - **Spreading False Content in Political Campaigns: Disinformation in the 2024 European Parliament Elections.** Cogitatio. 13:9525 (2025) 1–20.

CHRYSSOCHOOU, Dimitris; STAVRIDIS, Stelios; TSINISIZELIS, Michael - **European Democracy, Parliamentary Decline and the 'Democratic Deficit' of the European Union.** The Journal of Legislative Studies. 4:3 (1998) 109–129.



**COMISSÃO EUROPEIA - PT PT COMISSÃO EUROPEIA 236 final
COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES** Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia.
Bruxelas : Comissão Europeia, 26 Abr. 2018

**COMISSÃO EUROPEIA - PT PT COMISSÃO EUROPEIA ALTA
REPRESENTANTE DA UNIÃO PARA OS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E A
POLÍTICA DE SEGURANÇA COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO
PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU, AO CONSELHO, AO
COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES**
Plano de Ação contra a Desinformação

**COMISSÃO EUROPEIA - PT PT COMISSÃO EUROPEIA ALTA
REPRESENTANTE DA UNIÃO PARA OS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E A
POLÍTICA DE SEGURANÇA COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO
PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU, AO CONSELHO, AO
COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES**
Relatório sobre a execução do plano de ação contra a desinformação. Bruxelas :
Comissão Europeia, 14 Jun. 2019

**COMISSÃO EUROPEIA - The Strengthened Code of Practice on Disinformation
2022**

**COMISSÃO EUROPEIA - Código de Conduta da UE sobre Desinformação |
Comissão Europeia** [Em linha], atual. 2023. [Consult. 14 out. 2024]. Disponível em
WWW:<URL:https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/new-push-european-democracy/protecting-democracy/strengthened-eu-code-practice-disinformation_pt>.



COMISSÃO EUROPEIA - Standard Eurobarometer 102 Autumn 2024 [Em linha]. Bruxelas : Comissão Europeia, 3 Nov. 2024 Disponível em [WWW:<URL:https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/3215>](https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/3215).

CONRAD, Maximilian - Post-Truth Politics as a Mobilization Tool: EU Contestation in the Alternative for Germany's Campaign for the 2019 European Parliament Elections. Em **Contesting Europe: The detrimental impact of post-truth politics?** [Em linha]. [S.l.] : The European Consortium for Political Research, 3 Set. 2021 [Consult. 14 out. 2024]. Disponível em [WWW:<URL:https://ecpr.eu/Events/Event/PaperDetails/58326>](https://ecpr.eu/Events/Event/PaperDetails/58326).

CONRAD, Maximilian *et al.* - Europe in the Age of Post-Truth Politics: Populism, Disinformation and the Public Sphere. [S.l.] : Springer Nature, 2022. ISBN 9783031136948.

DW DOCUMENTARY - Right-wing populists and the EU | DW Documentary YouTube, 20 Mai. 2019. [Consult. 2 dez. 2019]. Disponível em [WWW:<URL:https://www.youtube.com/watch?v=uo0dFWOMaDM>](https://www.youtube.com/watch?v=uo0dFWOMaDM).

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew - Populismo: a Revolta contra a Democracia Liberal. 1. ed. Porto Salvo : Edições Desassossego, 2019. ISBN 9780241312001.

ERHARDT, Julian; FILSINGER, Maximilian - A spectre of democracy: are populist citizens less supportive of democracy? West European Politics. 48:7 (2024) 1599–1628. doi: <https://doi.org/10.1080/01402382.2024.2398892>.

EVOLVI, Giulia - «Europe is Christian, or it is not Europe»: post-truth politics and religion in Matteo Salvini's tweets. Em **Contesting Europe: The detrimental impact of post-truth politics?** [Em linha]. [S.l.] : The European Consortium for Political Research, 1 Set. 2021 [Consult. 14 out. 2024]. Disponível em [WWW:<URL:https://ecpr.eu/Events/Event/PaperDetails/58323>](https://ecpr.eu/Events/Event/PaperDetails/58323).



FOLLESDAL, Andreas; HIX, Simon - **Why There is a Democratic Deficit in the EU: A Response to Majone and Moravcsik.** Journal of Common Market Studies. [Em linha] 44:3 (2006) 533–562. Disponível em WWW:<URL:<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-5965.2006.00650.x>>.

FOSSUM, John Erik - **The Context of Fake News, Disinformation, and Manipulation.** Em CONRAD, MAXIMILIAN et al. (Eds.) - **Europe in the Age of Post-Truth Politics: Populism, Disinformation and the Public Sphere** [Em linha]. [S.l.] : Palgrave MacMillan, 2023 Disponível em WWW:<URL:<https://doi.org/10.1007/978-3-031-13694-8>>.

FUSIEK, Dawid; STOUGIANNOU, Angeliki; EFTHYMIOU-EGLETON, Theoharris - **Digital Democracy and Disinformation: The European Approach to Disinformation on Social Media in the Case of 2019 European Parliament Elections.** Journal of Politics and Ethics in New Technologies and AI. 1:1 (2022) 1–11.

GATTERMANN, Katjana; HOOGEN, Elske VAN DEN; VREESE, Claes DE - **The role of far-right party performance in shaping disinformation concerns of European voters: evidence from the 2024 European Parliament elections.** Journal of European Public Policy . 2025) 1–26. doi: <https://doi.org/10.1080/13501763.2025.2489088>.

GENERAL SECRETARIAT OF THE COUNCIL (COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION) - **Conferência sobre o Futuro da Europa: O futuro está nas tuas mãos - Relatório sobre o resultado final** [Em linha]. [S.l.] : União Europeia, Mai. 2022 [Consult. 14 out. 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://conference-followup.europarl.europa.eu/cmsdata/267130/Report_PT.pdf>.

GÜL, Duygu - **The Crisis of the European Union. A Response**, 3 Dez. 2013. Disponível em WWW:<URL:<https://www.tandfonline.com/doi/epdf/10.1080/14782804.2013.823688?needAccess=true>>.



HABERMAS, Jürgen - **Europe: The faltering project**. Cambridge : Polity Press, 2009. ISBN 9780745646404.

HABERMAS, Jürgen - **The Crisis of the European Union: A Response**. [S.l.] : John Wiley & Sons, 2012. ISBN 9780745662428.

HABERMAS, Jürgen - **Democracy in Europe: Why the Development of the EU into a Transnational Democracy Is Necessary and How It Is Possible**. European Law Journal. 21:4 (2015) 546–557. doi: <https://doi.org/10.1111/eulj.12128>.

HABERMAS, Jürgen - **Citizen and State Equality in a Supranational Political Community: Degressive Proportionality and the Pouvoir Constituant Mixte**. JCMS: Journal of Common Market Studies. 55:2 (2017) 171–182. doi: <https://doi.org/10.1111/jcms.12517>.

HINDS, Shari - **The European Union approach to disinformation and misinformation: The case of the 2019 European Parliament elections** [Em linha]. University of Strasbourg : [s.n.] Disponível em WWW:<URL:<https://repository.gchumanrights.org/items/89721576-5734-4da4-8e59-16f80ad7dce1>>. MSc Thesis.

HOBOLT, Sara B.; POPA, Sebastian Adrian; BRUG, Wouter VAN DER - **European democracy in action? The 2024 European Parliament elections**. Journal of European Public Policy. 2025) 1–16. doi: <https://doi.org/10.1080/13501763.2025.2542254>.

INCISA, Ludovico - Populismo. Em **Dicionário de Política**. Brasília : UnB, 2007. ISBN 9788523003081

JUHÁSZ, Krisztina - **European Union defensive democracy's responses to disinformation**. Journal of Contemporary European Studies. 32:4 (2024) 1075–1094. doi: <https://doi.org/10.1080/14782804.2024.2317275>.



KOPECKÝ, Petr; MUDDE, Cas - **The Two Sides of Euroscepticism - Party Positions on European Integration in East Central Europe**. European Union Politics. 3:3 (2002) 297–326. doi: <https://doi.org/10.1177/1465116502003003002>.

KUMM, M. - **Why Europeans will not embrace constitutional patriotism**. International Journal of Constitutional Law. 6:1 (2007) 117–136. doi: <https://doi.org/10.1093/icon/mom034>.

LACLAU, Ernesto - **On Populist Reason**. London : Verso, 2005. ISBN 1-85984-651-3.

LORD, Christopher - **An indirect legitimacy argument for a directly elected European Parliament**. European Journal of Political Research. 56:3 (2017) 512–528. doi: <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12204>.

MARTINS, Carlos - **Os Perigos da Direita Radical: Bolsonaro, Ventura e não só!** 1. ed. Porto Salvo : Edições Desassossego, 2024. ISBN 978-989-9138-46-9.

MCDONNELL, Duncan; WERNER, Annika - **International populism: the radical right in the European Parliament**. New York : Oxford University Press, 2019. ISBN 9780197500859.

MCINTYRE, Lee - **Post-Truth**. Cambridge : Mit Press, 2018. ISBN 9780262535045.

MENDES, Pedro Emanuel - Pós-verdade. Em **Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais**. Coimbra : Edições Almedina, 2021

MEYER, Jan-Henrik - **Europe. The Faltering Project**, 2010. Disponível em WWW:<URL:https://pure.au.dk/ws/files/44336047/Europe_the_faltering_project_Jan_Henrik_Meyer.pdf>.



MOLAND, Martin - **News, misinformation and support for the EU: exploring the effect of social media as polarizing force or neutral mediators.** Em **Contesting Europe: The detrimental impact of post-truth politics?** [Em linha]. [S.l.] : The European Consortium for Political Research, 30 Ago. 2021 [Consult. 14 out. 2024]. Disponível em WWW:<URL:<https://ecpr.eu/Events/Event/PaperDetails/58322>>.

MORAVCSIK, Andrew - **In Defence of the «Democratic Deficit»: Reassessing Legitimacy in the European Union.** Journal of Common Market Studies. [Em linha] 40:4 (2002) 603–624. Disponível em WWW:<URL:<https://doi.org/10.1111/1468-5965.00390>>.

MORAVCSIK, Andrew - **The myth of Europe's «democratic deficit».** Springer. [Em linha] 43:6 (2008) 331–340. Disponível em WWW:<URL:<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/42045/1/594752116.pdf>>.

MUDDE, Cas - **The Populist Zeitgeist** [Em linha] [Consult. 14 out. 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://works.bepress.com/cas_mudde/6/>.

PAMMERT, James - **The EU's Role in Fighting Disinformation: Taking Back the Initiative** [Em linha]. Washington DC : Carnegie Endowment for International Peace, 15 Jul. 2020 [Consult. 14 out. 2024]. Disponível em WWW:<URL:<https://carnegieendowment.org/research/2020/07/the-eus-role-in-fighting-disinformation-taking-back-the-initiative?lang=en>>.

PARLAMENTO EUROPEU - **The power of the European Parliament: Examples of EP impact during the 2014-19 legislative term.** European Parliamentary Research Service. PE 637.942 (2019). doi: <https://doi.org/10.2861/122246>.

PARLAMENTO EUROPEU - **Foreign interference: «The answer is more democracy»** - Multimedia Centre [Em linha], atual. 2022. [Consult. 14 out. 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://multimedia.europarl.europa.eu/en/video/x_N01_AFPS_220303_I_NFO>.



PARLAMENTO EUROPEU - Parliament committee recommends EU sanctions to counter disinformation. 2022).

PARLAMENTO EUROPEU - Foreign interference committee finalises recommendations. 2022).

PARLAMENTO EUROPEU - Tackling Disinformation on Covid19 - Multimedia Centre [Em linha], atual. 2024. [Consult. 14 out. 2024]. Disponível em [WWW:<URL:https://multimedia.europarl.europa.eu/en/video/x_N01-PUB-200331-DISI>](https://multimedia.europarl.europa.eu/en/video/x_N01-PUB-200331-DISI).

PARLAMENTO EUROPEU - How disinformation works | Episode 1: Playing on emotions [Em linha], atual. 29 mar. 2024. [Consult. 14 out. 2024]. Disponível em [WWW:<URL:https://www.youtube.com/watch?v=8r3FcsH0o2w>](https://www.youtube.com/watch?v=8r3FcsH0o2w).

PARLAMENTO EUROPEU - How disinformation works | Episode 2: Sowing division [Em linha], atual. 5 abr. 2024. [Consult. 14 out. 2024]. Disponível em [WWW:<URL:https://www.youtube.com/watch?v=JeVTU8JDVWY>](https://www.youtube.com/watch?v=JeVTU8JDVWY).

PARLAMENTO EUROPEU - Foreign interference: how Parliament is fighting the threat to EU democracy. 2024).

PARLAMENTO EUROPEU - How disinformation works | Episode 3: Flooding the information space [Em linha], atual. 19 abr. 2024. [Consult. 14 out. 2024]. Disponível em [WWW:<URL:https://www.youtube.com/watch?v=Gde6E9GtjCQ>](https://www.youtube.com/watch?v=Gde6E9GtjCQ).

PARLAMENTO EUROPEU - Parlamento Europeu 2014-2019 Sessão Constitutiva [Em linha], atual. 13 set. 2024. [Consult. 13 out. 2024]. Disponível em [WWW:<URL:https://results.elections.europa.eu/pt/resultados-eleitorais/2014-2019/sessao-constitutiva/>](https://results.elections.europa.eu/pt/resultados-eleitorais/2014-2019/sessao-constitutiva/).



PARLAMENTO EUROPEU - Parlamento Europeu 2014-2019 Parlamento cessante
[Em linha], atual. 13 set. 2024. [Consult. 14 out. 2024]. Disponível em
WWW:<URL:<https://results.elections.europa.eu/pt/resultados-eleitorais/2014-2019/parlamento-cessante/>>.

PARLAMENTO EUROPEU - Parlamento Europeu 2019-2024 Sessão Constitutiva
[Em linha], atual. 13 set. 2024. [Consult. 14 out. 2024]. Disponível em
WWW:<URL:<https://results.elections.europa.eu/pt/resultados-eleitorais/2019-2024/sessao-constitutiva/>>.

PARLAMENTO EUROPEU - Parlamento Europeu 2019-2024 Parlamento Cessante
[Em linha], atual. 13 set. 2024. Disponível em
WWW:<URL:<https://results.elections.europa.eu/pt/resultados-eleitorais/2019-2024/parlamento-cessante/>>.

PARLAMENTO EUROPEU - Parlamento Europeu - Ferramenta Comparativa - União Europeia 2014-2019 Sessão Constitutiva - União Europeia 2019-2024 Sessão Constitutiva [Em linha], atual. 13 set. 2024. [Consult. 13 out. 2024]. Disponível em
WWW:<URL:<https://results.elections.europa.eu/pt/ferramentas/ferramenta-comparativa/>>.

PARLAMENTO EUROPEU - Desinformação | Temas | Parlamento Europeu [Em linha]. [S.I.] : Parlamento Europeu, 2025, atual. 5 ago. 2025. Disponível em
WWW:<URL:<https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/topic/disinformation>>.

PIRRO, Andrea - The Contemporary Far Right from Contra to Control. Political Communication. 41:6 (2024) 1017–1022. doi: <https://doi.org/10.1080/10584609.2024.2414256>.

PÖLLMANN, Andreas - Europe: The Faltering Project, 16 Dez. 2010. Disponível em
WWW:<URL:<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14616691003665737>>.



PORPORA, Douglas V. - **Populism, citizenship, and post-truth politics.** *Journal of Critical Realism.* 19:4 (2020) 329–340. doi: <https://doi.org/10.1080/14767430.2020.1800967>.

ROSA, Margarida - **A ascensão da extrema-direita na Europa: Uma ameaça à Democracia.** *Observatório Político.* 110 (2022).

SOYALTIN-COLELLA, Digdem - **The EU's «actions-without-sanctions»? The politics of the rule of law crisis in many Europes.** *European Politics and Society.* 23:1 (2020) 25–41.

VASILOPOULOU, Sofia - **Varieties of Euroscepticism: The Case of the European Extreme Right.** *Journal of Contemporary European Research.* 5:1 (2009) 3–23. doi: <https://doi.org/10.30950/jcer.v5i1.106>.

VIPARELLI, Irene; BALLA, Emantha - **European Crises and Right-Wing Populism: The Case of Lega Nord** [Em linha] [Consult. 14 out. 2024]. Disponível em WWW:<URL:https://www.e-ir.info/2022/10/10/european-crises-and-right-wing-populism-the-case-of-lega-nord/>.

WASSENBERG, Birte - **Challenging the Origins of Euroscepticism. A Historical Perspective.** *Historia y Política: Ideas, Procesos y Movimientos Sociales.* 44:2020) 55–79. doi: <https://doi.org/10.18042/hp.44.03>.

WESTLAKE, Martin - **The more (European integration) there is, the more (Euroscepticism) there is: Euroscepticism as reactive identity formation and the importance of opposition. Where might the EU institutions go from here?** [Em linha]. Brugge : Department of European Political and Governance Studies, 31 Jan. 2019 Disponível em WWW:<URL:https://www.coleurope.eu/research-paper/more-european-integration-there-more-euroscepticism-there-euroscepticism-reactive>.



ZIMMERMANN, Fabian; KOHRING, Matthias - **Mistrust, Disinforming News, and Vote Choice: A Panel Survey on the Origins and Consequences of Believing Disinformation in the 2017 German Parliamentary Election.** Political Communication. 37:2 (2020) 215–237. doi: <https://doi.org/10.1080/10584609.2019.1686095>.